

Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas acompanhadas do relatório de revisão do auditor independente

Em 30 de junho de 2018



Índice

	Página
Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias	3
Informações contábeis intermediárias	6
Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017	13

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações intermediárias

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. José de Souza Campos, 507 - 5º andar Cambuí, Campinas (SP)

T +55 19 2042-1036

Aos Sócios do
Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial
Campinas – SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Aeroportos Brasil Viracopos S.A. (“Companhia”), contidas no formulário de Informações Trimestrais (ITR), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três meses e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) “Demonstração intermediária”, assim como pela apresentação destas informações de forma condizente com as normas aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 “Revisão de informações intermediárias executadas pelo auditor da entidade” e ISRE 2410 “*Review of financial information performed by the independent auditor of the entity*”). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter uma segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria, portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo como o CPC 21 (R1) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Processo administrativo – Caducidade da Concessão

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 1 e 30, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), através do ofício datado de 02 de outubro de 2017, notificou a Companhia sobre a instauração de procedimento administrativo para verificação de inadimplência que poderá ensejar na caducidade da concessão, previsto pela Lei nº 8.987/95 e pelo Contrato de Concessão de Aeroportos nº 003/ANAC/2012-SBKP. A Companhia realizou o pedido de interdito proibitório para continuação das operações aeroportuárias, onde foi deferido pelo juiz. Em dezembro de 2018, em ação ordinária revisional proposta pela Companhia, foi deferida medida cautelar pela 17ª Vara Federal Cível do Distrito Federal, a qual determinou que a ANAC se abstenha de aplicar penalidades contratuais em face da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. - Em Recuperação Judicial, as quais tenham por natureza supostos inadimplementos de obrigações financeiras, incluindo a penalidade de caducidade da concessão, e de executar e/ou acionar as apólice de garantia de execução contratual.

Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Em 30 de junho de 2018, o passivo circulante da Companhia excede seu ativo circulante em R\$ 2.837.147 mil individual e R\$ 2.835.061 mil consolidada, decorrente da sua dívida com instituições financeiras classificadas em sua totalidade no passivo circulante pelo descumprimento das obrigações relativas as cláusulas restritivas existentes nos contratos de financiamentos, bem como dívidas junto ao poder concedente, fornecedores, entre outros. Também incorreu em prejuízo de R\$ 221.156 mil e patrimônio líquido negativo de R\$ 9.341, individual e consolidado, em 30 de junho de 2018. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1 às informações contábeis intermediárias, a Companhia encontra-se em fase de reorganização judicial, sugerindo a readequação dos fluxos de pagamento priorizando o pagamento de obrigações essenciais à operação do negócio e à manutenção do Contrato de Concessão. Até a data de emissão desta conclusão a Companhia aguardar a assembleia para concretização do plano de recuperação e aceitação junto aos credores, nesta fase a Companhia está suspensa de todos os débitos, amparada pelo artigo 6º combinado com o artigo 49 da Lei nº 11.101/05 de recuperação judicial. As informações contábeis intermediárias em 30 de junho de 2018 não contêm ajustes e/ou reclassificações por conta deste assunto, e nossa conclusão não está ressalvada em relação a este assunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício comparativo

Os valores correspondentes aos saldos do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados e revisados por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria, com modificação em 23 de abril de 2018. Entretanto não foi foram revisadas as demonstrações contábeis intermediárias relativas ao período findo de 30 de junho 2017, apresentados para fins de comparação.

Campinas, 31 de agosto de 2019



Élica Daniela da Silva Martins
CT CRC 1SP-223.766/O-0

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial

Balanços patrimoniais de 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	Consolidado		Controladora	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	29.150	81.608	29.150	81.608
Aplicações financeiras	5	275.372	222.008	275.372	215.335
Clientes	6	52.072	66.855	52.072	66.745
Estoques	-	4.769	4.440	4.758	4.415
Partes relacionadas	7	7.401	6.589	8.175	8.371
Impostos a recuperar	8	74.563	68.303	74.360	68.145
Despesas antecipadas	9	7.472	7.816	7.472	7.816
Adiantamento a fornecedores	-	6.754	2.771	6.754	2.771
Outros ativos circulantes	-	2.325	1.164	2.318	1.144
Total do ativo circulante		459.878	461.554	460.431	456.350
Ativo não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	2.255	-	2.255
Depósitos e cauções	-	9.262	6.272	9.260	6.272
Impostos a recuperar	8	45.963	79.198	45.963	79.198
Investimentos	10	-	-	178	218
Imobilizado	11	3.215	3.526	3.172	3.481
Intangível	12	5.600.073	5.661.356	5.600.057	5.661.337
Total do ativo não circulante		5.658.513	5.752.607	5.658.630	5.752.761
Total do ativo		6.118.391	6.214.161	6.119.061	6.209.111

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial

Balancos patrimoniais de 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais)

PASSIVO

	Notas	Consolidado		Controladora	
		30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	2.524.349	245.041	2.524.349	245.041
Salários e encargos	14	18.647	16.895	18.636	16.884
Fornecedores	15	104.431	106.302	103.851	105.746
Impostos a recolher	18	51.833	34.696	51.206	34.053
Outorga a pagar	19	442.092	408.123	440.454	406.535
Partes relacionadas	7	6.841	6.582	12.226	6.585
Taxas aeroportuárias	21	137.214	134.801	137.214	134.801
Outros passivos	-	9.532	130.821	9.640	130.821
Total do passivo circulante		3.294.939	1.083.261	3.297.576	1.080.466
Empréstimos e financiamentos	13	-	2.242.108	-	2.242.108
Outorga a pagar	19	2.633.440	2.507.511	2.633.440	2.507.511
Impostos a recolher	18	66.777	71.604	64.888	69.450
Impostos diferidos	17	38.309	38.340	38.278	38.278
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios	22	13.639	11.857	13.592	11.818
Outros passivos	-	80.628	106.465	80.628	106.465
Total do passivo não circulante		2.832.793	4.977.885	2.830.826	4.975.630
Patrimônio líquido negativo	23				
Capital social		1.586.500	1.527.700	1.586.500	1.527.700
Adiantamento para futuro aumento de capital		400	400	400	400
Prejuízos acumulados		(1.596.241)	(1.375.085)	(1.596.241)	(1.375.085)
Patrimônio líquido negativo atribuível aos acionistas		(9.341)	153.015	(9.341)	153.015
Total do passivo e do patrimônio líquido negativo		6.118.391	6.214.161	6.119.061	6.209.111

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações do resultado para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado		Controladora	
		30/06/2018	30/06/2017 (Não revisado)	30/06/2018	30/06/2017 (Não revisado)
Receita operacional líquida	24	323.926	279.092	323.926	279.087
Custo dos serviços prestados	25	(233.197)	(228.968)	(233.175)	(228.350)
Lucro bruto		90.729	50.124	90.751	50.737
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	26	(28.603)	(41.321)	(28.578)	(41.411)
Resultado de equivalência patrimonial	10	-	-	(39)	(946)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		62.126	8.803	62.134	8.380
Receitas financeiras	27	8.930	14.372	8.814	13.913
Despesas financeiras	27	(292.243)	(203.004)	(292.104)	(202.301)
		(283.313)	(188.632)	(283.290)	(188.388)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(221.187)	(179.829)	(221.156)	(180.008)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	16	(1)	(34)	-	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17	32	60.707	-	60.852
		31	60.673	-	60.852
Prejuízo do período		(221.156)	(119.156)	(221.156)	(119.156)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações do resultado abrangente para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017 (Não revisado)	30/06/2018	30/06/2017 (Não revisado)
Prejuízo do período	(221.156)	(119.156)	(221.156)	(119.156)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do período	<u>(221.156)</u>	<u>(119.156)</u>	<u>(221.156)</u>	<u>(119.156)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Capital social			Adiantamentos para futuro aumento de capital	Reservas de lucro			Total do patrimônio líquido
	Subscrito	A integralizar	Integralizado		Legal	Retenção de lucros	Resultados acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.586.500	(172.235)	1.414.265	-	9.841	22.479	-	1.446.585
Transações de capital com os sócios								
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(119.156)	(119.156)
Destinação do prejuízo								
Absorção do prejuízo pelas reservas de lucro	-	-	-	-	(9.841)	(22.479)	32.320	-
Saldos em 30 de junho de 2017 (Não revisado)	1.586.500	(172.235)	1.414.265	-	-	-	(86.836)	1.327.429
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.586.500	(58.800)	1.527.700	400	-	-	(1.375.085)	153.015
Transações de capital com os sócios								
Integralização de capital	-	58.800	58.800	-	-	-	-	58.800
Capital a integralizar	142.000	(142.000)	-	-	-	-	-	-
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	(221.156)	(221.156)
Saldos em 30 de junho de 2018	<u>1.728.500</u>	<u>(142.000)</u>	<u>1.586.500</u>	<u>400</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.596.241)</u>	<u>(9.341)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017 (Não revisado)	30/06/2018	30/06/2017 (Não revisado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do período	(221.156)	(1.407.405)	(221.156)	(1.407.405)
Ajuste para reconciliar o lucro ao caixa utilizado nas atividades operacionais				
Depreciações e amortizações	41.247	113.726	41.244	113.711
Imposto de renda e contribuição social - Diferidos	(31)	-	-	-
Atualização monetária da outorga a pagar (IPCA-IBGE)	105.631	88.436	105.581	88.436
Recomposição do ajuste a valor presente da outorga a pagar	116.931	116.931	116.931	116.931
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	39	693
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	18.776	(35)	18.774	53
Provisão para contingências	1.782	5.782	1.774	5.757
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	24.587	946.840	24.587	946.840
Juros provisionados	159.834	273.889	159.834	273.889
Outros ativos baixados	-	5	-	5
	247.601	138.169	247.608	138.910
Variações nos ativos operacionais				
Depósitos vinculados	-	(2.818)	-	(3.154)
Clientes	(3.993)	(16.638)	(4.101)	(19.149)
Estoques	(329)	373	(343)	372
Partes relacionadas	(812)	(399)	196	417
Impostos a recuperar	26.975	49.935	27.020	49.919
Despesas antecipadas	344	64	344	64
Depósitos e cauções	(2.990)	(5.114)	(2.988)	(5.114)
Adiantamentos de fornecedores	(3.983)	(1.428)	(3.983)	(1.428)
Outros ativos	(1.161)	7.965	(1.174)	7.960
Varição nos passivos operacionais				
Fornecedores	(1.871)	(7.825)	(1.895)	(7.693)
Salários e encargos sociais	1.752	(5.144)	1.752	(4.670)
Impostos a recolher	12.310	28.351	12.591	29.538
Partes relacionadas	259	(46)	5.641	(45)
Taxas aeroportuárias	2.413	44.785	2.413	44.785
Outorga a pagar	(62.664)	(128.290)	(62.664)	(128.406)
Outros passivos	(147.126)	163.686	(147.018)	163.504
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	(94.578)	(239.831)	(94.578)	(239.831)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(27.853)	25.795	(21.179)	25.979
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações financeiras	(51.109)	(2.255)	(57.782)	(2.255)
Aquisição de bens do imobilizado	(163)	(418)	(163)	(418)
Aquisição de intangível	(4.077)	(12.783)	(4.078)	(12.783)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(55.349)	(15.456)	(62.023)	(15.456)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	58.800	113.435	58.800	113.435
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	400	-	400
Empréstimos e financiamentos amortizados	(28.056)	(52.702)	(28.056)	(52.702)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	30.744	61.133	30.744	61.133
Geração (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(52.458)	71.472	(52.458)	71.656
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do período	81.608	10.136	81.608	9.952
No fim do período	29.150	81.608	29.150	81.608
	(52.458)	71.472	(52.458)	71.656

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial

Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017 (Não revisado)	30/06/2018	30/06/2017 (Não revisado)
Receita gerada:	355.686	322.945	355.688	322.746
Receita de serviços prestados	371.847	317.656	371.847	317.546
Receita de construção - OCPC 05	2.615	5.162	2.615	5.162
Perdas esperadas para crédito de liquidação duvidosa	(18.776)	127	(18.774)	38
Insumos adquiridos de terceiros:	(130.019)	(162.597)	(130.784)	(162.349)
Custos dos serviços prestados	(129.218)	(130.263)	(129.207)	(130.172)
Custos de construção - OCPC 05	(2.615)	(5.162)	(2.615)	(5.162)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(8.358)	(9.894)	(8.358)	(9.838)
Outros	10.172	(17.278)	9.396	(17.177)
Valor adicionado bruto	225.667	160.348	224.904	160.397
Depreciação e amortização	(65.850)	(57.654)	(65.041)	(57.648)
Valor adicionado líquido	159.817	102.694	159.863	102.749
Valor adicionado recebido em transferência	8.930	14.372	8.775	12.967
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	(39)	(946)
Receitas financeiras	8.930	14.372	8.814	13.913
Valor adicional total a distribuir	168.747	117.066	168.638	115.716
Distribuição do valor adicionado	168.747	117.066	168.638	115.716
Pessoal	41.926	44.565	41.926	44.146
Remuneração direta	27.965	29.625	27.965	29.344
Benefícios	11.711	12.609	11.711	12.576
FGTS	2.250	2.331	2.250	2.226
Impostos, taxas e contribuições	55.739	(11.338)	55.767	(11.566)
Federais	39.589	(25.301)	39.621	(25.520)
Estaduais	28	72	28	72
Municipais	16.122	13.891	16.118	13.882
Remuneração de capital de terceiros	292.238	202.995	292.101	202.291
Despesas financeiras	292.243	203.005	292.104	202.301
Aluguéis	(5)	(10)	(3)	(10)
Remuneração de capitais próprios	(221.156)	(119.156)	(221.156)	(119.156)
Prejuízo do período	(221.156)	(119.156)	(221.156)	(119.156)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias nos períodos findos em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Companhia foi constituída em 25 de julho de 2011 sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com a razão social de “Santa Clara Participações e Investimentos S.A.”, tendo por objetivo a participação, como sócio ou cotista em sociedades empresariais ou civis e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e no capital de outras sociedades.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de maio de 2012, a razão social da Companhia foi alterada para Aeroportos Brasil Viracopos S.A. (“Viracopos” ou “Companhia”), e na Assembleia Geral Extraordinária de 24 de maio de 2012, foi alterado a objeto social para uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) tendo como objeto exclusivo, nos termos do Edital de Concorrência Pública Internacional de nº 002/2011 (“Leilão”), e do Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), as seguintes atividades:

- (i) A prestação de serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Viracopos, localizado no Município de Campinas, Estado de São Paulo;
- (ii) A constituição de subsidiárias integrais para a execução de atividades econômicas que gerem receitas não tarifárias compreendidas no seu objeto, que de acordo com o contrato de concessão sejam descentralizadas;
- (iii) A importação de bens e serviços necessários à execução de atividades compreendidas no seu objeto;
- (iv) O exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social.

Em 14 de junho de 2012, a Companhia assinou com a ANAC o contrato de concessão para a operação, manutenção e a expansão do Aeroporto Internacional de Viracopos em Campinas durante 30 anos.

A sede social da empresa está localizada na Rodovia Santos Dumont Km 66, S/N, Prédio Administrativo no bairro Parque Viracopos na cidade de Campinas no estado de SP.

A Companhia tem os seguintes acionistas: **(i)** Aeroportos Brasil S.A. (acionista privado), que detém 51% de participação; **(ii)** Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero (“Infraero”), que detém 49% de participação. Essa participação acionária foi determinada através do acordo de acionistas celebrado em 24 de maio de 2012.

O acionista privado formado pelas empresas vencedoras do certame licitatório do Leilão possui a seguinte composição acionária: Triunfo Participações e Investimentos S.A. – TPI (48%) Companhia registrada na CVM; UTC Participações S.A. – UTC (48%) Companhia fechada; e Egis Airport Operation (4%) Companhia fechada.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Companhia deverá pagar à União Federal ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da Concessão, uma contribuição fixa anual no montante R\$ 127.367 (reajustado anualmente pelo IPCA-IBGE), totalizando o montante de R\$ 3.821.000. Além da contribuição fixa, a contraprestação pela concessão compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita operacional bruta anual da Companhia e de suas eventuais subsidiárias integrais. Caso exceda a um determinado nível fixado no contrato, esse percentual será de 7,5% sobre o excedente.

Nos termos do contrato de concessão, a Companhia assumiu todas as responsabilidades e encargos relacionados à elaboração dos projetos e execução das obras e serviços necessários à conclusão da infraestrutura para a exploração do aeroporto, exceto pelas obras do poder público identificadas no Anexo 3 do contrato de concessão.

A concessão para exploração será extinta nos casos de: **(a)** término da vigência do contrato; **(b)** retomada da concessão pelo poder público durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento de indenização; **(c)** caducidade da concessão; **(d)** rescisão do contrato; **(e)** anulação do contrato; ou **(f)** falência ou extinção da Companhia.

Os investimentos no Aeroporto Internacional de Viracopos iniciaram em agosto de 2012, com o objetivo de entregar o novo terminal com capacidade para 25 milhões de passageiros (Terminal 1), pontes de embarque para 28 aeronaves, e edifício garagem (EDG) com capacidade para 4.000 veículos e obras viárias de acesso. Em 14 de novembro de 2012, iniciou-se o estágio III do contrato de concessão quando a Companhia passou a operar o aeroporto com acompanhamento da Infraero, ficando sob sua responsabilidade as receitas, despesas e riscos das atividades do aeroporto. Em 14 de fevereiro de 2013, a Companhia passou a operar o aeroporto assumindo toda responsabilidade pelas operações aeroportuárias.

Em 23 de abril de 2016, o Novo Terminal de Passageiros (NTPS) passou a operar todos os voos das companhias aéreas do Aeroporto de Viracopos.

Em 02 de janeiro de 2018, a Infraero integralizou o montante residual correspondentes à R\$ 58.800, mantendo o capital na mesma proporção de constituição da Companhia.

Plano de recuperação judicial

Em 07 de maio de 2018, a Companhia protocolou o pedido de Recuperação Judicial buscando sua continuidade operacional.

A Companhia informou aos seus usuários, fornecedores, parceiros e ao mercado em geral que apresentou no Foro de Campinas, o Plano de Recuperação Judicial (“Plano de RJ”), cumprindo os prazos legais previstos nos processos de recuperação judicial. O Plano de RJ propõe direcionar a totalidade do fluxo de caixa da concessão para o pagamento e quitação dos créditos abrangidos na Recuperação Judicial de Viracopos (“RJ”). Os pleitos de reequilíbrio financeiros feitos por Viracopos, na medida em que forem deferidos, serão destinados ao pagamento suplementar dos credores financeiros. A Concessionária busca preservar os ativos da União e equacionar sua situação financeira, de modo a assegurar a continuidade das atividades, a manutenção de milhares de postos de trabalho (diretos e indiretos) e o recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e de seguridade social, expressivas aos cofres públicos. No Plano de RJ, Viracopos resguarda o Contrato de Concessão na sua integralidade. A Concessionária listou aproximadamente R\$ 2,9 bilhões em créditos no seu pedido de RJ. Destes valores, o maior montante se refere a empréstimos e financiamentos (R\$ 2,7 bilhões). Os demais créditos que compõem este valor são trabalhistas e fornecedores. Já os créditos da ANAC são ilíquidos, principalmente pela existência dos pleitos de reequilíbrio, que somados chegam a R\$3,2 bilhões, a favor de Viracopos. O Plano de RJ sugere a readequação dos fluxos de pagamento para priorizar o pagamento de obrigações essenciais à operação do negócio e à manutenção dos pagamentos inerentes ao Contrato de Concessão. Todos os credores - como funcionários, fornecedores e bancos - serão pagos de maneira equilibrada, de acordo com a natureza de seu crédito. As operações do aeroporto seguem dentro da normalidade e a Concessionária continuará prestando os serviços de acordo com os níveis de qualidade e excelência que posicionaram Viracopos como o Melhor Aeroporto de Passageiros do Brasil (eleito por dez vezes) e o Melhor Aeroporto de Cargas do Mundo na categoria até 400 mil toneladas/ano. É importante reforçar que o aeroporto mantém os pagamentos dos empréstimos e financiamentos e principalmente, os salariais, em dia, através do caixa gerado nas suas operações, bem como o previsto para o próximo exercício, apesar da Companhia estar suspensa de todos os débitos, amparada pelo artigo 6º combinado com o artigo 49 da Lei nº 11.101/05 de recuperação judicial.

Adicionalmente, a Companhia protocolou três pedidos de recomposição do equilíbrio econômico e financeiro junto à Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), referentes a: **(i)** Locação de espaço à Receita Federal do Brasil para alocação de carga em perdimento; **(ii)** Desapropriações de áreas previstas no Contrato de Concessão; e **(iii)** queda na demanda devido à crise econômica. O valor total pleiteado através dos pedidos monta aproximadamente R\$ 14.421 milhões, que reforçarão a capacidade de continuidade operacional do Aeroporto.

Processo de caducidade

Conforme consta no teor do Ofício nº 79/SRA/ANAC, datado de 02 de outubro de 2017, o processo administrativo foi instaurado para apurar descumprimentos de obrigações previstas no contrato de concessão pela concessionária (destacando-se a não recomposição da garantia de execução contratual).

Esse processo que foi instaurado poderia culminar na extinção antecipada do contrato de concessão, por declaração de caducidade. Por este fato, em maio de 2018 a concessionária, no processo de recuperação judicial por meio de decisão cautelar deferida pelo MM. Juízo da 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas, obteve a suspensão do citado processo de caducidade instaurado pela ANAC.

No início de outubro de 2018 a decisão que suspendeu o processo de caducidade foi revogada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP).

Em dezembro de 2018, em ação ordinária revisional proposta pela Companhia, foi deferida medida cautelar pela 17ª Vara Federal Cível do Distrito Federal, a qual determinou que a ANAC se abstenha de aplicar penalidades contratuais em face da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. - Em Recuperação Judicial, as quais tenham por natureza supostos inadimplementos de obrigações financeiras, incluindo a penalidade de caducidade da concessão, e de executar e/ou acionar as apólice de garantia de execução contratual.

A Administração entende que pelos fatos acima mencionados o processo instaurado pela ANAC fica suspenso até votação do plano, assegurando a continuidade operacional da Companhia.

Código de ética empresarial

Em adição a Aeroporto Brasil Viracopos S.A. – Em recuperação criou o código de conduta ética empresarial aprovado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, tendo como objetivo a formalização das diretrizes éticas a serem observadas na empresa. Essas diretrizes têm a função de orientar o comportamento dos públicos interno e externo, com a finalidade de minimizar os conflitos éticos, ação ou omissão que possam ir contra os objetivos empresariais e comportamentais, reforçando desta forma a conduta ética estabelecida.

2. Base de preparação e apresentação das informações contábeis intermediárias

A emissão das presentes informações contábeis intermediárias foi autorizada pela diretoria da Companhia em 30 de agosto de 2019.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base em avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações contábeis intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperabilidade nas operações (*impairment*), a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perda de crédito esperadas assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis intermediárias estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não totalizar precisamente os valores apresentados.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas informações contábeis intermediárias contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Consolidação

(a) Informações contábeis intermediárias consolidadas

As informações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as informações da Companhia e sua controlada, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas e indiretas em 30 de junho:

(i) Controlada

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas consolidadas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia e suas controladas.

(ii) Companhia consolidada

As informações contábeis intermediárias consolidadas abrangem as informações da Companhia e sua controlada, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias diretas:

Controladas diretas	Controle direto do capital social %	
	30/06/2018	30/06/2017
Viracopos Estacionamento S.A. Brasil	100,00%	100,00%

(b) Informações contábeis intermediárias individuais

Nas informações contábeis intermediárias individuais, a controlada e contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas informações contábeis intermediárias individuais quanto nas informações contábeis intermediárias consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

3. Políticas contábeis

3.1. Conversão de moeda estrangeira

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

3.2. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas da prestação de serviços são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos ao contratante ou usuários. Uma receita não é reconhecida quando há alguma incerteza quanto à sua realização.

Receitas tarifárias

São receitas previstas no contrato de concessão e reguladas pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) destacadas a seguir:

a) Tarifa de embarque e conexão

São os valores cobrados referentes aos serviços prestados, instalações e facilidades disponibilizadas para os passageiros e companhias aéreas.

b) Tarifa de pouso

É o valor cobrado referente aos serviços prestados, equipamentos, instalações e facilidades proporcionadas às operações de pouso, decolagem, rolagem e permanência das aeronaves.

c) Tarifa de permanência

É o valor cobrado referente aos serviços prestados, equipamentos, instalações e facilidades proporcionadas às operações de permanência no pátio de manobras e na área de estadia do aeroporto a partir de três horas de pouso.

d) Tarifa de armazenagem

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de armazenamento, guarda e controle de mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto.

e) Tarifa de capatazia

É o valor cobrado referente aos serviços prestados de movimentação e manuseio das mercadorias nos armazéns de carga aérea do aeroporto.

Receitas não tarifárias

A Companhia poderá obter receitas não tarifárias em razão da exploração de atividades econômicas acessórias (cessão de áreas para locação, serviços de estacionamento e outros) nos termos do contrato, diretamente por meio de subsidiária integral ou mediante contratação de terceiros.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, descontadas dos pagamentos e recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica "Receita financeira", na demonstração do resultado.

Receita de construção

Pelos termos do contrato de concessão, a Companhia deve construir e/ou ampliar a infraestrutura do Aeroporto, e conforme requerido pelo OCPC 05 – Contratos de concessão, as receitas relativas à construção de ativos que proporcione incrementos futuros de receitas devem ser registradas pela Companhia em suas informações contábeis intermediárias como contrapartida do ativo intangível.

Os custos devem ser registrados e reconhecidos em contrapartida do passivo como fornecedores de bens ou serviços. A Administração da Companhia, através de estudo realizado, inicialmente adotou adicionar aos custos de construção 2% a título de margem. A partir de junho de 2016, a Administração realizou novo estudo e reduziu tal margem a um percentual de zero, considerando que tais contratações junto a terceiros já estão a valor justo.

3.3. Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço de acordo com a receita tributável gerada.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Imposto de renda e contribuição social sobre lucros diferidos são gerados por prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, que tem como objetivo regulamentar de forma permanente os efeitos tributários decorrentes dos ajustes. A Companhia não exerceu a opção antecipada para o ano-calendário de 2014, porém, a partir de 2015 com a entrada em vigor da Lei nº 12.973, todos os efeitos estão sendo oferecidos à tributação na medida em que forem realizados (Nota nº 16).

Impostos diferidos

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade e sujeitos à mesma autoridade tributária.

3.4. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia e suas controladas reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e têm a intenção de quitar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e tomam decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia e de suas controladas. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas reconhecem títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando têm suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia e suas controladas utilizam a data de liquidação como critério de contabilização.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas têm o direito legal de compensar os valores e têm a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: **(a)** débitos com partes relacionadas; **(b)** fornecedores; e **(c)** outras contas a pagar.

Os passivos financeiros de empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

Classificação como instrumentos de dívida e de patrimônio líquido

Instrumentos de dívida e de patrimônio líquido são classificados como passivos financeiros ou como patrimônio líquido de acordo com a essência do acordo contratual.

Instrumentos de patrimônio líquido

Um instrumento de patrimônio líquido representa qualquer contrato que contenha uma participação residual nos ativos de uma entidade líquida de todos os seus passivos. Instrumentos de patrimônio líquido emitidos pela Companhia e por suas controladas são registrados pelos recursos recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

3.5. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

Em 2012, no reconhecimento inicial, a Companhia registrou o ajuste a valor presente sobre o valor da outorga a pagar, referente à concessão do Aeroporto de Viracopos. Como premissa para o cálculo do ajuste a valor presente, a Companhia utilizou como taxa de desconto a nota do Tesouro Nacional, a NTN-B, com vencimento para 2045 com taxa de remuneração de 4,18% a.a., considerado como “papel” livre de risco.

3.6. Imobilizado

Bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo de aquisição, os custos dos ativos incluem os encargos financeiros, despesas imputáveis, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos.

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data de cada balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo serão capitalizados somente se os benefícios econômicos futuros associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

A baixa de imobilizado é realizada mediante a venda de um bem ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

3.7. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há, na data do balanço, ativos intangíveis gerados internamente ou adquirido em uma combinação de negócios.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador receber o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da Companhia está condicionada ao uso do ativo e a Companhia é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A Companhia não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (Aeroporto) pelos usuários, mesmo quando o retorno da Companhia tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão serão entregues (revertidas) ao Poder Concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelo serviço prestado aos usuários.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

De acordo com o OCPC 05 – item 42, o ativo intangível deve ser amortizado dentro do prazo da concessão. O cálculo indicado é pela curva de demanda, com base em uma estimativa da curva de amortização que ofereça razoável confiabilidade.

O critério definido para amortização dos ativos intangíveis da concessão do Aeroporto é com base na curva de movimentação de passageiros/cargas (*workload unit – WLU*) projetadas até o final do prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis que fluirão para a Companhia e os valores forem mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado do exercício quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado do exercício no momento da baixa do ativo.

Contratos de concessão – direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01(R1))

Para a aplicação do ICPC 01, dois aspectos foram considerados para o enquadramento do contrato de concessão à norma:

- (a) O Poder Concedente controla ou regulamenta quais serviços a Companhia deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço;

(b) O Poder Concedente controla – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

A Companhia entende que os dois requisitos foram atendidos para a aplicação do ICPC 01(R1).

A infraestrutura dentro do alcance do ICPC 01(R1) não é registrada como ativo imobilizado da Companhia porque o contrato de concessão não transfere à Companhia o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. A Companhia tem acesso para operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, a Companhia atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público e opera e mantém essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se a Companhia presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pela Companhia é registrada pelo seu valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível ou um ativo financeiro. A Companhia reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. A Companhia reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente pelos serviços de construção.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01(R1) não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do Poder Concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de cobrar os usuários do aeroporto.

Serviços de construção que representam potencial de geração de receita adicional

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários do aeroporto pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, conforme OCPC 05, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados. Os compromissos de construção estão detalhados na Nota nº 20.

Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a Companhia presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

A Companhia também avaliou que não está previsto contratualmente qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção.

A Administração da Companhia através de estudos e levantamentos internos identificou custos que só existem em função da obra do novo terminal de passageiros e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Companhia contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2013, margem de construção de 2% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a responsabilidade primária da Companhia e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras. Após a finalização das obras, a Administração alterou a margem de construção para a zero.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

A Companhia inicialmente registra em seu intangível o total dos valores referentes ao direito de explorar a atividade do aeroporto (outorga) em contrapartida do passivo de longo prazo, e mantém no curto a parcela que deverá ser desembolsada anualmente em julho. O registro mencionado foi realizado com a aplicação do ajuste a valor presente no valor da dívida.

A Companhia ao longo de todo período da concessão deverá considerar os valores e efeitos da recomposição do ajuste a valor presente da outorga e o reajuste pelo IPCA-IBGE previsto em contrato de concessão, como acréscimos provenientes da dívida assumida para ter direito de explorar a infraestrutura aeroportuária e registrar contabilmente esses acréscimos em contrapartida do resultado.

3.8. Obrigação da concessão (concessão onerosa)

Em contraprestação pela concessão da exploração do Aeroporto, a Companhia pagará ao Poder Concedente contribuição fixa anual, reajustada anualmente pelo IPCA, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da Companhia e de suas eventuais subsidiárias integrais, deduzido o montante em reais, resultante da aplicação da alíquota de 26,417%, sobre a receita proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, domésticas e internacionais, e de armazenagem e capatazia e deduzidos os cancelamentos, conforme descrito na Nota nº 20.

3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia apenas se seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas:

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Amortização do ativo intangível

Conforme citado na Nota 3.7, na amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com as curvas de benefícios econômicos esperados ao longo dos prazos de concessão do aeroporto, tendo sido adotadas as curvas estimadas de movimentações de passageiros/cargas (*workload unit (WLU)*) como base para a amortização. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir os crescimentos projetados da *WLU*. A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção dessa curva que são periodicamente reavaliados pela Administração.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia pode constituir provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados e diferenças temporárias, na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento fiscal.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia pode reconhecer provisão para causas tributárias cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

3.11. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável.

Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, é estimado o fluxo de caixa operacional futuro da unidade geradora de caixa. Essa estimativa considera uma curva de demanda futura, revisada com frequência pela Administração, que tem sua capacidade operacional estabilizada quando a demanda atinge o limite máximo de atendimento. Portanto, não são considerados incrementos adicionais na infraestrutura e não há mais crescimento real do faturamento a partir deste momento. Da curva de demanda derivam-se as receitas futuras, das quais são descontados os devidos impostos e custos operacionais e administrativos. Após, considera-se o pagamento de impostos sobre a renda e os ajustes necessários de variação de capital de giro. Por fim, estima-se um fluxo de reinvestimento, destinado apenas à manutenção do ativo atual.

Esse fluxo de caixa operacional é, então, descontado a valor presente, utilizando uma taxa de desconto que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa, para enfim se obter o valor em uso. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou quando não há contrato de venda firme, com base no preço de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em virtude dos prejuízos apresentados nos últimos exercícios, das operações gerarem um Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo e pela não concretização da demanda esperada para o Aeroporto de Viracopos, a Companhia possui indicativos de que o valor contábil de seus ativos possa exceder seu valor recuperável e que os benefícios econômicos futuros poderão não ser suficientes para sua recuperação. Desta forma, a Administração estimou o seu valor recuperável, através de uma estimativa formal, conforme previsto pelo pronunciamento técnico – CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos (Nota nº 12).

3.12. Despesas antecipadas

Referem-se aos prêmios de seguros pagos antecipadamente, lançadas no resultado mensalmente de acordo com a vigência das apólices de seguros.

3.13. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

O *International Accounting Standards Board* (IASB) publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos:

- **IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos financeiros**

- (i) **Classificação e mensuração**

IFRS 9/CPC 48 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38/IAS 39 Instrumentos financeiros:

Reconhecimento e mensuração e contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA) e Valor Justo por meio do Resultado (VJR).

De modo geral, a classificação de ativos financeiros deve ser baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. O IFRS 9/CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38/IAS 39 de títulos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. De acordo com o IFRS 9/CPC 48, os derivativos embutidos em que o contrato principal é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

A partir de janeiro de 2018, os efeitos da aplicação do IFRS 9/CPC 48 residem na alteração das categorias de mensuração para cada classe de ativos financeiros, não tendo efeito significativo na classificação dos passivos financeiros, e ainda, no exercício de 2018, a Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos.

(ii) Impairment de ativos financeiros

O IFRS 9/CPC 48 substituiu o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38/IAS 39 por um modelo de “perdas de crédito esperadas”. O novo modelo de redução ao valor recuperável aplica-se aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos de contratos e instrumentos de dívida mensurados ao VJORA, mas não a investimentos em instrumentos patrimoniais.

A partir de janeiro de 2018, a Companhia aplicou os requisitos de redução ao valor recuperável do IFRS 9/CPC 48 e não houve a necessidade de constituição da perda esperada de crédito nem de qualquer provisão adicional para redução ao valor recuperável em 31 de dezembro de 2018, já que não há evidência de perda de crédito com base no histórico da Companhia.

• IFRS 15/CPC 47 – Receita de contrato com cliente

IFRS 15/CPC 47 substituiu as atuais normas para o reconhecimento de receitas, o CPC 30 (R1)/IAS 18 (IASB – BV 2012) – Receitas e o CPC 17 (R1)/IAS 11 – Contratos de construção e interpretações e orientações técnicas relacionadas.

O IFRS 15/CPC 47 estabeleceu um modelo de cinco etapas para avaliação, determinação e reconhecimento de receitas decorrentes de contratos com clientes, considerando que a receita somente será reconhecida quando o cliente obtiver o controle dos bens ou serviços, podendo ser em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo, consoante cada contrato e obrigação de desempenho com cliente, e por um valor que reflita a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia adotou o IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Como resultado, não teve impacto significativo na prática contábil atual de avaliação, apuração e reconhecimento das receitas (CPC 30 (R1)/IAS 18 e CPC 17 (R1)/IAS 11), relacionadas com os serviços de implantação e gestão, em regime de concessão da Companhia.

• IFRS 16/CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

IFRS 16/CPC 06 (R2): estabeleceu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de arrendamento mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos complementares das operações de arrendamento mercantil.

A Companhia adotou o IFRS16/CPC 06 (R2) – Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019, e já avaliou e não terá efeitos significativos da sua aplicação inicial para as suas informações contábeis intermediárias em 31 de dezembro de 2019. Ou seja, para os valores dos arrendamentos de curto prazo e de ativo de baixo valor será mantida a prática contábil de apuração e reconhecimento como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento (CPC 06 /IAS 17).

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Empresa.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	9.345	6.974	9.345	6.974
Aplicações em renda fixa	19.805	74.634	19.805	74.634
	29.150	81.608	29.150	81.608

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixa compromissadas, sem risco de mudança significativa de valor e com liquidez imediata.

5. Aplicações financeiras

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Depósitos vinculados (i)	275.372	222.008	275.372	215.335
Aplicações financeiras (ii)	-	2.255	-	2.255
	275.372	224.263	275.372	217.590
Circulante	275.372	222.008	275.372	215.335
Não circulante	-	2.255	-	2.255
Total	275.372	224.263	275.372	217.590

- (i) O valor de R\$ 275.372 (R\$ 222.008 em 2017), consolidado, e o valor de R\$ 215.335.408 (R\$ 215.335 em 2017), controladora, refere-se a reservas monetárias em formação aplicadas em bancos de primeira linha, corrigidas pelo CDI, para honrar os compromissos de empréstimos e a Contribuição Mensal (antigo ATAERO), previstos no contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) (Nota nº 13) supervisionada pelo agente fiduciário, Os valores citados estão bloqueados e dependem de prévia anuência de todos os credores para serem liberados;
- (ii) O valor de R\$ 2.255 refere-se à aplicação financeira em renda fixa compromissadas, com risco de mudança significativa de valor e com liquidez imediata.

6. Clientes

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Teca correntista (a)	21.621	19.887	21.621	19.887
Embarque e conexão (b)	21.404	21.778	21.404	21.778
Pouso e permanência (c)	13.925	13.569	13.925	13.569
Locação de espaços (d)	16.229	13.844	16.229	13.844
Estacionamentos (e)	18	126	-	-
	73.197	69.204	73.179	69.078
(-) Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) (f)	(21.125)	(2.349)	(21.107)	(2.333)
Total (g)	52.072	66.855	52.072	66.745

- (a) Recebíveis dos serviços de armazenagem, capatazia, acessórios, movimentação de mercadoria, logísticas e congêneres, e respectivos serviços de apoio;
- (b) Contas a receber dos serviços aeroportuários para passageiros de embarque, conexões e respectivos serviços de apoio;
- (c) Recebíveis dos serviços aeroportuários de pouso e permanência de aeronaves;
- (d) Valor a receber referente à locação de espaços nas atividades exploradas por terceiros, inclusive estacionamento;
- (e) Valor referente aos serviços de estacionamento e permanência de veículos;
- (f) Constituição de provisão de perda para títulos vencidos acima de 180 dias;
- (g) Incluso no contas a receber “Teca correntista”, “Embarque e conexão” e “Pouso e permanência” o valor de R\$ 28.242 relativos a Contribuição Mensal e R\$ 303 ao Adicional de Tarifa Aeroportuária (ATAERO), PAN e PAT (Nota nº 21) a ser repassado ao Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC).

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
A vencer	43.814	37.855	43.814	37.853
Vencidos				
De 1 a 30 dias	1.588	7.959	1.588	7.959
De 31 a 60 dias	540	1.693	540	1.693
De 61 a 90 dias	493	1.778	493	1.778
De 91 a 180 dias	3.280	5.730	3.280	5.730
De 181 a 360 dias	10.175	11.832	10.175	11.730
Acima de 360 dias	13.307	2.357	13.289	2.335
	73.197	69.204	73.179	69.078

Movimentação na Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD):

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(2.349)	(2.384)	(2.333)	(2.280)
Adição de PECLD	18.776	(4.738)	18.774	(4.736)
Reversão de PECLD	(37.552)	4.773	(37.548)	4.683
	(21.125)	(2.349)	(21.107)	(2.333)

7. Partes relacionadas

As principais transações e saldos entre partes relacionadas em 30 de junho estão demonstradas a seguir:

	Consolidado					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Ativos	Passivo	Resultado	Ativos	Passivo	Resultado
Prestação de serviço						
Consórcio Construtor Viracopos (i)	1.041	-	-	687	-	-
Egis Airport Operation (ii)	-	1.400	-	-	1.140	2
Outros						
Infraero (iii)	6.102	5.419	-218	5.812	5.420	-
TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A. (v)	-	22	-	-	22	-
Aeroportos Brasil S.A. (vi)	258	-	-	90	-	-
Total	7.401	6.841	-218	6.589	6.582	2

	Controladora					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Ativos	Passivo	Resultado	Ativos	Passivo	Resultado
Prestação de serviço						
Consórcio Construtor Viracopos (i)	1.041	-	-	687	-	-
Egis Airport Operation (ii)	-	1.400	-	-	1.140	2
Outros						
Infraero (iii)	6.102	5.419	(218)	5.812	5.420	-
Viracopos Estacionamentos S.A. (iv)	-	-	-	-	-	10
TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A. (v)	-	22	-	-	22	-
Aeroportos Brasil S.A. (vi)	258	-	-	90	-	-
Total	7.401	6.841	(218)	6.589	6.582	12

Consórcio Construtor Viracopos: o Consórcio Construtor Viracopos (CCV) é formado pela Construtora Triunfo S.A. e a Constran S.A. A Companhia firmou com este consórcio dois contratos: o primeiro, em 28 de agosto de 2012, para prestação de serviços e fornecimentos preliminares (obras emergenciais de melhoria e apoio de engenharia) no valor de R\$ 69.000, e o segundo, em 1º de novembro de 2012, no valor de R\$ 2.065.042 para a implementação do novo terminal do Aeroporto de Viracopos na modalidade de contrato de prestação de serviços e fornecimentos em regime de empreitada global sob a modalidade *Engineering, Procurement, Construction (EPC)* – “*Turn Key-Lump Sum*” - das obras pertinentes à fase I-B do contrato de concessão. O valor adicionado ao intangível refere-se aos gastos incorridos nas obras, no exercício.

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 12 de agosto de 2014, foi autorizada a celebração do “Aditivo ao Contrato de Construção”. Em 1º de dezembro de 2014, foi assinado o aditivo contratual estabelecendo que devido ao aumento da capacidade de processamento de passageiros foi necessário o aditivo de R\$ 176.427 referente a serviços e fornecimento não previstos quando da assinatura do contrato e de R\$ 602.174 por modificações de projetos, totalizando R\$ 778.601, cuja data base refere-se a setembro de 2012.

- (i) **Egis Airport Operation:** refere-se ao contrato de prestação de serviços técnicos, prestação de apoio, suporte e/ ou assistências gerenciais e operacionais, limitados à apresentação dos “*deliverables*”. Esse contrato aprovado por deliberação ocorrida em 18 de março de 2014 pelo Conselho de Administração, com base em um orçamento de € 1.841 mil euros, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014 e o término dos serviços ocorrerá nos prazos previstos, aplicável a cada um dos escopos de trabalho que constitui o objeto do contrato. As partes têm a opção de estender o prazo de prestação de serviços, com os correspondentes ajustes de preço, sempre mediante celebração de termo aditivo. A vigência do contrato é por tempo indeterminado;
- (ii) **Infraero:** refere-se a valores de repasses relativos à operação de transição, reembolso de despesas pagas pela Infraero como contratação de serviços, reembolso de despesas com PAMI, serviços de consultoria, suporte e desenvolvimento de TI e reembolso de despesas pagas pela Aeroportos Brasil Viracopos S.A. - Em Recuperação Judicial com impostos de faturamentos repassados à Infraero, da utilização de áreas, taxas de administração de cartões, serviços de TI e outros, despesas de utilidades públicas (água, energia e outros);
- (iii) **Viracopos Estacionamento S.A.:** refere-se outorga variável, serviços e fornecimentos de materiais e equipamentos destinados à operação do estacionamento pagas pela Aeroportos Brasil Viracopos S.A. – Em Recuperação Judicial até o primeiro trimestre de 2017, e reembolso de serviços de transportes pagos pela Viracopos Estacionamentos S.A. além de contrato de cessão de área para exploração dos serviços de estacionamento. A Viracopos Estacionamentos S.A. (VESA) é uma subsidiária integral da Aeroportos Brasil Viracopos S.A. - Em Recuperação Judicial (ABV), desse modo, o contrato de cessão de área para exploração de serviços de estacionamento pela VESA não segue as mesmas condições dos demais contratos, levando em consideração que a VESA é uma extensão da ABV de um nicho específico de serviços, criada por força do contrato de concessão. Em abril de 2018 o Banco Citibank operador financeiro da concessão passou o valor aplicado da VESA para a ABV para recomposição da conta reserva, assim deixando uma dívida registrada como partes relacionadas;
- (iv) **Triunfo Participações e Investimentos (TPI):** refere-se a reembolso de despesas a serem pagas pela “Viracopos”;
- (v) **Aeroportos Brasil S.A. (ABSA):** o valor refere-se a despesas pagas pela ABV e devem ser ressarcidas pela “ABSA”.

8. Impostos a recuperar

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
PIS/COFINS/CSLL - Lei nº 10.833/2003	113.651	141.947	113.651	141.947
IRRF sobre aplicações financeiras	6.490	5.024	6.291	4.870
ISSQN a compensar	369	522	365	518
Outros	16	8	16	8
	120.526	147.501	120.323	147.343
Circulante	74.563	68.303	74.360	68.145
Não circulante	45.963	79.198	45.963	79.198
Total	120.526	147.501	120.323	147.343

9. Despesas antecipadas – Consolidado

As despesas antecipadas, classificadas no circulante e não circulante, no montante total de R\$ 7.472 (R\$ 7.816 em 31 de dezembro de 2017), representam os gastos referentes à contratação de seguros e licenças de uso, sendo a despesa reconhecida “*pro rata temporis*” de acordo com o período de vigência das apólices e dos contratos.

10. Investimentos

Em 07 de novembro de 2012, foi constituída a Empresa Viracopos Estacionamento S.A. (“VESA”), uma subsidiária integral da Companhia para explorar as atividades de estacionamento no Aeroporto Internacional de Viracopos.

O capital subscrito e integralizado da VESA é de R\$ 1.000, o início das operações ocorreu em 1º de maio de 2015.

Em novembro de 2016, com vigência a partir de janeiro de 2017, ABV e Allpark Empreendimentos, Participações e Serviços (“ESTAPAR”) celebram um contrato de exploração de estacionamento vigente por 144 meses a partir de 15 de março de 2017, a ESTAPAR passou a administrar e operar integralmente as áreas de estacionamento no Aeroporto Internacional de Viracopos. Em decorrência de garantias fornecidas junto ao BNDES, o banco não aprovou a negociação feita entre as partes e bloqueou o montante de R\$ 80 milhões em conta de reserva. No dia 04 de maio de 2018, a Companhia protocolou junto a ESTAPAR um pedido de rompimento do contrato de exploração. Com o pedido de recuperação judicial ocorrido em 05 de maio de 2018, a Companhia passou a considerar em sua lista de devedores em aberto, a pretensa multa pelo rompimento do contrato com a ESTAPAR.

A participação societária na controlada está incluída na demonstração financeira e o reconhecimento do resultado por meio da equivalência patrimonial.

a) Investimentos permanentes

Investimento	Patrimônio líquido	Participação	Equivalência patrimonial	Investimentos permanentes em 30/06/2018	Investimentos permanentes em 31/12/2017
Viracopos Estacionamento S.A.	180	100%	(39)	178	218

b) Movimentação dos investimentos permanentes

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/2017	Aportes de capital e AFAC	Resultado de equivalência patrimonial	Investimentos permanentes em 30/06/2018
Viracopos Estacionamento S.A.	218	2	(39)	178

Os saldos do balanço patrimonial e do resultado do exercício de 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 da controlada Viracopos Estacionamentos S.A. utilizados na consolidação estão apresentados a seguir:

	30/06/2018	31/12/2017
Ativo circulante	5.610	6.990
Ativo não circulante	28	2
Total do ativo	5.638	6.992
Passivo circulante	3.630	4.581
Passivo não circulante	1.828	2.193
Patrimônio líquido	180	218
Total do passivo e patrimônio líquido	5.638	6.992
Resultado bruto	(22)	(671)
Despesas gerais, administrativas e resultado financeiro	(47)	11
Prejuízo antes dos impostos sobre o lucro	(69)	(660)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	31	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(1)	(33)
Lucro (prejuízo) do exercício	(39)	(693)

11. Imobilizado

	Taxa anual de depreciação	31/12/2017	Consolidado		
			Adições	Baixas	30/06/2018
Custo					
Equipamentos de processamento de dados		3.407	10	-	3.417
Móveis e utensílios		1.684	2	-	1.686
Veículos		328	-	-	328
Máquinas e equipamentos		2.247	151	-	2.398
Instalações		39	-	-	39
		7.705	163	-	7.868
Depreciação acumulada					
Equipamentos de processamento de dados	20%	(2.560)	(256)	-	(2.816)
Móveis e utensílios	10%	(717)	(86)	-	(803)
Veículos	20%	(259)	(22)	-	(281)
Máquinas e equipamentos	10%	(632)	(109)	-	(741)
Instalações	10%	(11)	(1)	-	(12)
		(4.179)	(474)	-	(4.653)
Total		3.526	(311)	-	3.215

	Taxa anual de depreciação	31/12/2017	Controladora		
			Adições	Baixas	30/06/2018
Custo					
Equipamentos de processamento de dados		3.401	10	-	3.411
Móveis e utensílios		1.663	2	-	1.665
Veículos		328	-	-	328
Máquinas e equipamentos		2.237	151	-	2.388
Instalações		17	-	-	17
		7.646	163	-	7.809
Depreciação acumulada					
Equipamentos de processamento de dados	20%	(2.557)	(255)	-	(2.812)
Móveis e utensílios	10%	(712)	(85)	-	(797)
Veículos	20%	(258)	(22)	-	(280)
Máquinas e equipamentos	10%	(631)	(108)	-	(739)
Instalações	10%	(7)	(2)	-	(9)
		(4.165)	(472)	-	(4.637)
Total		3.481	(309)	-	3.172

12. Intangível

a) Composição

	Consolidado			
	30/06/2018			31/12/2017
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Outorga - Direito da concessão	3.094.217	(215.323)	2.878.894	2.918.849
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	86.222	(15.666)	70.556	71.994
Licença ambiental CETESB	23.948	(16.002)	7.946	9.336
ERP e <i>softwares</i>	20.650	(12.628)	8.022	9.697
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	69.968	(11.031)	58.937	60.264
Benfeitorias estacionamentos	1.074	(397)	677	721
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	3.535.245	(182.456)	3.352.789	3.385.166
Margem de construção - OCPC 05	64.433	(3.229)	61.204	61.995
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(946.840)	24.587	(922.253)	(946.840)
Intangível em andamento	83.301	-	83.301	90.174
	6.032.218	(432.145)	5.600.073	5.661.356

	Controladora			
	30/06/2018			31/12/2017
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Outorga - Direito da concessão	3.094.217	(215.323)	2.878.894	2.918.849
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	86.222	(15.666)	70.556	71.994
Licença ambiental CETESB	23.948	(16.002)	7.946	9.336
ERP e <i>softwares</i>	20.612	(12.606)	8.006	9.676
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	69.968	(11.031)	58.937	60.266
Benfeitorias estacionamentos	1.074	(397)	677	721
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	3.535.245	(182.456)	3.352.789	3.385.166
Margem de construção - OCPC 05	64.433	(3.229)	61.204	61.995
Provisão para perda por redução ao valor recuperável	(946.840)	24.587	(922.253)	(946.840)
Intangível em andamento	83.301	-	83.301	90.174
	6.032.180	(432.123)	5.600.057	5.661.337

b) Movimentação

	Consolidado				
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2018
Custo					
Outorga - Direito da concessão	3.094.217	-	-	-	3.094.217
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	86.222	-	-	-	86.222
Licença ambiental CETESB	23.948	-	-	-	23.948
ERP e <i>softwares</i>	20.618	32	-	-	20.650
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	69.914	54	-	-	69.968
Benfeitorias estacionamentos	1.074	-	-	-	1.074
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	3.524.380	1.190	-	9.675	3.535.245
Margem de construção - OCPC 05	64.433	-	-	-	64.433
Provisão para <i>impairment</i>	(946.840)	-	-	-	(946.840)
Intangível em andamento	90.174	2.802	-	(9.675)	83.301
	6.028.140	4.078	-	-	6.032.218

	Taxa anual de amortização	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2018
Amortização acumulada						
Outorga - Direito de concessão	(*)	(175.365)	(39.958)	-	-	(215.323)
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão	(**)	(14.228)	(1.438)	-	-	(15.666)
Licença ambiental CETESB (Terminal 0)	(**)	(14.612)	(1.390)	-	-	(16.002)
ERP e softwares	20%	(10.922)	(1.706)	-	-	(12.628)
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	(**)	(9.650)	(1.381)	-	-	(11.031)
Benfeitorias estacionamento	10%	(353)	(44)	-	-	(397)
Terminal 1 e Edifício garagem (EDG)	(*)	(139.234)	(43.241)	-	-	(182.456)
Provisão para <i>impairment</i>	(*)	-	24.587	-	-	24.587
Margem de construção - OCPC 05	(*)	(2.440)	(789)	-	-	(3.229)
		(366.804)	(65.360)	-	-	(432.145)
		5.661.356	(61.282)	-	-	5.600.073

	Controladora				
	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2018
Custo					
Outorga - Direito da concessão	3.094.217	-	-	-	3.094.217
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	86.222	-	-	-	86.222
Licença ambiental CETESB	23.948	-	-	-	23.948
ERP e softwares	20.580	32	-	-	20.612
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	69.914	54	-	-	69.968
Benfeitorias estacionamentos	1.074	-	-	-	1.074
Terminal 1 e Edifício Garagem (EDG)	3.524.380	1.190	-	9.675	3.535.245
Margem de construção - OCPC 05	64.433	-	-	-	64.433
Provisão para <i>impairment</i>	(946.840)	-	-	-	(946.840)
Intangível em andamento	90.174	2.802	-	(9.675)	83.301
	6.028.102	4.078	-	-	6.032.180

	Taxa anual de amortização	31/12/2017	Adições	Baixas	Transferência	30/06/2018
Amortização acumulada						
Outorga - Direito de concessão	(*)	(175.365)	(39.958)	-	-	(215.323)
Projetos de engenharia e obras emergenciais durante a concessão (Terminal 0)	(**)	(14.228)	(1.438)	-	-	(15.666)
Licença ambiental CETESB	(**)	(14.612)	(1.390)	-	-	(16.002)
ERP e softwares	20%	(10.903)	(1.703)	-	-	(12.606)
Máq. equip. e outros investimentos p/ concessão	(**)	(9.650)	(1.381)	-	-	(11.031)
Benfeitorias estacionamento	10%	(352)	(44)	-	-	(397)
Terminal 1 e Edifício Garagem (EDG)	(*)	(139.215)	(43.241)	-	-	(182.456)
Provisão para <i>impairment</i>	(*)	-	24.587	-	-	24.587
Margem de construção - OCPC 05	(*)	(2.440)	(789)	-	-	(3.229)
		(366.765)	(65.357)	-	-	(432.123)
		5.661.337	(61.279)	-	-	5.600.057

- (*) Amortização efetuada pela curva de demanda "workload unit (WLU)";
(**) Amortização efetuada pelo método linear durante o prazo de concessão.

Para construção do novo terminal com capacidade de 25 milhões de passageiros ao ano, foi contratado o Consórcio Construtor Viracopos S.A. (Nota nº 7). As obras de ampliação do aeroporto contam com o investimento dos acionistas e empréstimos do BNDES de forma direta e indireta, esta última através de outras instituições financeiras.

As obras do terminal na modalidade EPC – “*Turn Key-Lump Sum*” estão substancialmente concluídas (96,5%), e o montante relativo a esse percentual ativado foi iniciada sua amortização. A Companhia registrou em seu ativo intangível a outorga decorrente da oferta no leilão para concessão do direito de explorar a atividade aeroportuária pelo valor original de R\$ 3.821.000 com o registro do ajuste a valor presente da dívida.

Está previsto que o ajuste a valor presente será recomposto mensalmente e que a dívida da outorga será reajustada pelo IPCA da mesma forma, sendo assim, a Administração optou que, ao efetuar a recomposição do ajuste a valor presente e ao atualizar a dívida pelo IPCA, esses valores sejam parcialmente registrados no intangível e no resultado. Com base em estudos e levantamentos definiu-se que o percentual a capitalizar até 30 de abril de 2016 foi de 90,73% e no resultado 9,27%. A partir de 1º de maio de 2016 foram redefinidos os percentuais de capitalização para 59,49% e no resultado 40,51%, considerando-se a relação percentual dos investimentos da fase I-B pelo total dos investimentos previstos no prazo de concessão. Até o momento, assim como em 2017 não houveram capitalizações, visto que não houve investimentos significativos no ativo intangível.

Reequilíbrio econômico e financeiro

Foram realizados os registros pertinentes ao reequilíbrio econômico e financeiro no ativo intangível, por se tratar de uma alteração da outorga fixa. Os registros contábeis foram realizados no ativo intangível na linha “Outorga”, as atualizações do reequilíbrio econômico financeiro pelo IPCA acumulado e pela taxa de 6,81% proporcionalmente pelo número de meses correspondente ao desequilíbrio. Os encargos de atualização foram capitalizados na proporção citada acima, em contrapartida com a Outorga a Pagar (Nota nº 19).

Na amortização do ativo intangível foi registrada a amortização correspondente a esses valores, em contrapartida ao resultado.

Esses registros foram necessários para equalizar a proporção dos custos de amortização com a expectativa de receitas, frustrada anteriormente pelo desequilíbrio.

Teste do valor recuperável

Com base no CPC 01(R1), a Companhia realizou teste do valor recuperável de seu ativo intangível em 31 de dezembro de 2017. Para tanto, comparou-se o valor contábil do ativo intangível, composto pelas capitalizações efetuadas ao longo do tempo até a data indicada (*carrying amount*), com o valor presente dos fluxos de caixa operacionais das unidades geradoras de caixa disponíveis na infraestrutura atual do Aeroporto de Viracopos. O Plano de negócios foi aprovado pela Administração em 20 de novembro de 2017. O teste é elaborado com o objetivo de analisar eventuais perdas por redução do valor recuperável do ativo intangível. Como resultado dos procedimentos efetuados, em 31 de dezembro de 2017, o saldo contábil das capitalizações no ativo intangível era superior ao valor presente das unidades geradoras de caixa, tomando por base projeção realizada entre janeiro de 2018 e julho de 2042.

Portanto em 2017, registramos perda do valor recuperável ao longo do prazo da Concessão, que deve ser contabilizado no resultado do exercício, no montante de R\$ 946.840 mil, na rubrica de outras despesas, e em 2018 vamos iniciar os testes a partir de setembro.

Projeção do fluxo de caixa operacional

Receitas

Para estimar o fluxo de receitas entre janeiro de 2018 e julho de 2042, último período da Concessão, adotou-se melhores práticas para projeção de receitas de cada unidade geradora de caixa da Companhia: Terminal de Passageiros, Terminal de Cargas e Negócios Comerciais. Em todos os casos considerou-se a atual infraestrutura do Aeroporto de Viracopos, sem, portanto, considerar eventuais investimentos futuros que expandam a capacidade da infraestrutura. Assim, uma vez que se alcance a capacidade operacional da infraestrutura (terminal de passageiro e cargas e sistema de pistas), em termos de processamento de passageiros, aeronaves e carga, estabiliza-se a projeção de demanda.

Em relação às receitas de embarque e conexão de passageiros e pouso e permanência de aeronaves (Unidade Terminal de Passageiros), a arrecadação provém das tarifas reguladas conforme estabelecido do Contrato de Concessão. Em 2018 notamos um aumento no volume de passageiros.

Na unidade Terminal de Cargas, assume-se projeção de demanda refletindo as atuais condições macroeconômicas e de mercado, até o atingimento do limite operacional atual. Assim como na unidade Terminal de Passageiros, as receitas são fruto de tarifas reguladas, sendo a maior parte da arrecadação proveniente da importação de cargas. No exercício de 2017, houve uma revisão da demanda do Terminal de Cargas, cuja variação acompanhou a frustração de demanda citada acima, já em 2018 a demanda continuou em linha com as projeções.

Já no caso de Negócios Comerciais, parte dos recebíveis se originam da cessão de áreas do terminal de passageiros para exploração comercial: varejo, lojas francas, espaços de alimentação e bebidas, publicidade, estacionamento etc. Para estimar a arrecadação proveniente desse segmento, utilizou-se as premissas contratuais atuais, que variam de acordo com o volume da demanda. Outra parte dos Negócios Comerciais vem da exploração imobiliária dentro do sítio aeroportuário, porém fora dos terminais de passageiros e cargas. Nesse caso, considerou-se o total de volume de terras disponíveis e o potencial de internalizar o já vultoso desenvolvimento imobiliário, industrial e logístico, característico da região em que se insere o Aeroporto de Viracopos. Portanto, de acordo com esse potencial de internalização dos negócios e indústrias faseou-se a exploração imobiliária em etapas, respeitando o processo de liberação das áreas ao longo do tempo e as características geográficas e estratégicas de cada área.

A Administração da Companhia efetuou a revisão dos contratos de locação dos espaços previstos para exploração imobiliária, cujos valores de aluguel e potencial de expansão de áreas foram reduzidos, devido à frustração de expectativas previamente formuladas. Neste momento, projeções mais conservadoras e exequíveis foram adotadas, refletindo as condições atuais de mercado e estratégicas da Concessionária. Este fato impactou forte e negativamente o resultado das projeções de receita o que foi fator decisivo para a análise do valor recuperável, resultando na provisão para *impairment* ora registrada.

Para todos os negócios imobiliários considerou-se apenas a cessão simples de área para os empreendimentos, sem aventar a possibilidade de a Companhia participar conjuntamente com os investimentos necessários e, portanto, podendo compartilhar os recebíveis de cada empreendimento. Os preços de reais por metro quadrado utilizados estão de acordo com o padrão de mercado e internalizam a necessidade de investimentos por parte do empreendedor.

O processo de ocupação das áreas foi dividido em três fases, com características e prazos de início distintos. Por prudência, apenas consideraram-se empreendimentos novos até 2025, respeitando, portanto, um prazo mínimo de 17 anos para que o empreendedor obtenha seu retorno dentro do prazo da Concessão.

Custos e despesas

Com o objetivo de se obter o fluxo de caixa operacional da Companhia, para efeitos do teste acima enunciado, projetaram-se também os custos e despesas da Companhia ao longo do tempo. Esse fluxo se divide em três principais: custos e despesas operacionais e administrativas, impostos e investimentos em manutenção da infraestrutura.

Os custos e despesas operacionais e administrativas partiram do atual padrão da Companhia, e sua projeção baseia-se, em grande parte, no aumento da demanda de passageiros e carga. Os impostos utilizados, diretos e indiretos, foram estimados de acordo com a legislação vigente aplicada à Companhia, considerando os créditos de impostos indiretos acumulados até 30 de junho de 2018 e os créditos a obter com a operação do Aeroporto ao longo dos anos que restam. Também se considerou um percentual de reinvestimento no fluxo de caixa, esse valor foi estimado apenas para manter a infraestrutura atual em nível operacional. Portanto, não se considerou necessidades de expansão futuras, pois, a demanda deverá ficar estável a partir do atingimento desses limites de capacidade.

No caso da simulação realizada pela companhia, na qual retira-se a outorga fixa do saldo do intangível líquido, também computa-se as parcelas futuras de pagamento de Outorga como dispêndio que impacto do fluxo de caixa das atividades operacionais.

Valor presente e taxa de desconto

A partir da formatação da estimativa de fluxo de caixa operacional, conforme premissas apresentadas acima, fez-se o desconto desse a valor presente através da utilização de uma taxa de desconto. A data-base utilizada foi de janeiro de 2018, uma vez que o teste de recuperabilidade foi elaborado sobre o ativo intangível, com data-base em 31 de dezembro de 2017, em 2018 ainda não foi executado.

A taxa de desconto respeitou a consagrada metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (CMPC). Nessa metodologia, pondera-se o custo de capital próprio e o custo de capital de terceiros de acordo com a alavancagem da Companhia. Sobre o custo de capital de terceiros, utilizou-se as premissas obtidas a partir dos contratos atuais de financiamento firmados pela Companhia, além de projeções de longo prazo dos indexadores destas dívidas. Em relação ao custo de capital próprio, utilizou-se o modelo *Capital Asset Pricing Model (CAPM)*, no qual parte-se de uma rentabilidade mínima, atrelada à rentabilidade dos títulos da dívida pública brasileira, e pondera-se um fator de risco de mercado, que leva em conta o risco geral do mercado brasileiro alavancado pelo nível de risco específico do negócio aeroportuário.

13. Empréstimos e financiamentos

Em 26 de dezembro de 2012, a Companhia firmou contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) para a obtenção de linha de crédito de R\$ 1.192.137, o chamado “empréstimo ponte”, para construção do novo terminal de passageiros, conforme previsto no contrato de concessão. Essa linha de crédito teve vencimento em fevereiro de 2014, sendo quitada e substituída por crédito de longo prazo, conforme segue:

i) Crédito direto BNDES de R\$1.198.700, dividido em três subcréditos

Subcréditos	R\$ mil	Carência	Amortização
Subcrédito “A”	1.085.300	15/07/2015	210 prestações mensais
Subcrédito “B”	106.000	15/12/2015	18 prestações anuais
Subcrédito “C”	7.400	15/11/2015	145 prestações mensais
Total	1.198.700		

ii) Crédito indireto BNDES (bancos repassadores) no valor de R\$ 297.800, dividido em dois subcréditos

Subcréditos	R\$ mil	Carência	Amortização
Subcrédito “A”	271.300	15/07/2015	210 prestações mensais
Subcrédito “B”	26.500	15/12/2015	18 prestações anuais
Total	297.800		

Em 20 de abril de 2015, foram formalizados novos contratos de financiamento junto ao BNDES, no valor total de R\$ 633.711, sendo R\$ 507.599 na modalidade direta e R\$ 126.112 na modalidade indireta com os bancos: Bradesco, Banco do Brasil e Banco Itaú. Os valores captados foram utilizados nas obras da Fase I-B e em obras complementares que não haviam sido objeto de escopo do financiamento original. Além disso estes novos contratos de financiamento preveem a realização das obras chamadas de “Ciclo 1,5”, no montante de cerca de R\$ 150.000.

iii) Crédito suplementar direto BNDES de R\$ 507.599, dividido em sete subcréditos

Subcréditos	R\$ mil	Carência	Amortização
Subcrédito “A”	152.745	15/12/2017	16 prestações anuais
Subcrédito “B”	93.056	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito “C”	55.833	15/01/2016	204 prestações mensais
Subcrédito “D”	87.738	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito “E”	89.502	15/01/2018	180 prestações mensais
Subcrédito “F”	25.572	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito “G”	3.153	15/01/2017	192 prestações mensais
Total	507.599		

iv) Crédito suplementar indireto BNDES (bancos repassadores) no valor de R\$ 126.112, dividido em seis subcréditos

Subcréditos	R\$ mil	Carência	Amortização
Subcrédito “A”	38.186	15/12/2017	16 prestações anuais
Subcrédito “B”	23.264	15/12/2018	15 prestações anuais
Subcrédito “C”	13.958	15/01/2016	204 prestações mensais
Subcrédito “D”	21.935	15/01/2018	15 prestações anuais
Subcrédito “E”	22.376	15/01/2018	180 prestações mensais
Subcrédito “F”	6.393	15/12/2018	15 prestações anuais
Total	126.112		

Os bancos repassadores entraram nessa operação na seguinte proporção: Banco do Brasil (30%); Itaú BBA (35%); Banco Bradesco (30%); e Banco Espírito Santo (5%).

- v) **Subscrição de 300.000 (trezentas mil) debêntures da 1ª Emissão, não conversíveis em ações, espécie quirografária, em quatro séries no total de até R\$ 75.000 debêntures de cada série, em montante equivalente a R\$ 300.000**

Debêntures	Quantidade	R\$ mil	Amortização
1ª Série	75.000	75.000	15/09/2019 a 15/09/2025
2ª Série	75.000	75.000	15/12/2019 a 15/12/2025
3ª Série	75.000	75.000	15/03/2020 a 15/03/2026
4ª Série	75.000	75.000	15/06/2020 a 15/06/2025
Total	300.000	300.000	

A Companhia demonstra abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos contratados:

Contratos	Taxa	Valor liberado	Valor em 30/06/2018	Valor em 31/12/2017
Crédito direto - A	TJLP + 2,88% a.a.	1.085.300	1.029.106	1.043.361
Crédito direto - B	IPCA + TR BNDES + 2,88% a.a.	106.000	133.317	125.219
Crédito indireto - A	TJLP + 3,90% a.a.	271.300	245.880	249.704
Crédito indireto - B	IPCA + TR BNDES + 3,90% a.a.	26.500	67.216	36.547
Crédito suplem. direto - A	IPCA + TR + 3,43% a.a.	152.745	183.357	172.161
Crédito suplem. direto - B	IPCA + TR + 3,43% a.a.	93.056	139.493	137.293
Crédito suplem. direto - C	TJLP + 3,43% a.a.	51.681	46.589	49.875
Crédito suplem. direto - D	IPCA + TR + 3,43% a.a.	78.833	114.109	112.921
Crédito suplem. direto - E	TJLP + 3,43% a.a.	6.222	7.672	7.772
Crédito suplem. direto - F	IPCA + TR + 3,43% a.a.	1.778	2.660	2.483
Crédito suplem. indireto - A	IPCA + TR + 4,90% a.a.	38.186	47.229	45.525
Crédito suplem. indireto - B	IPCA + TR + 4,90% a.a.	23.264	27.261	27.966
Crédito suplem. indireto - C	TJLP + 4,90% a.a.	12.921	12.385	16.866
Crédito suplem. indireto - D	IPCA + TR + 4,90% a.a.	20.303	26.812	29.450
Crédito suplem. indireto - E	TJLP + 4,90% a.a.	1.556	2.322	2.875
Crédito suplem. indireto - F	IPCA + TR + 4,90% a.a.	444	448	533
Debêntures	IPCA + 8,79% a.a.	300.000	494.679	482.784
Custo de captação dos empréstimos:		-	(56.186)	(56.186)
		2.270.089	2.524.349	2.487.149
Passivo circulante			2.524.349	245.041
Passivo não circulante			-	2.242.108
			2.524.349	2.487.149

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está assim demonstrada:

	30/06/2018	31/12/2017
Saldo inicial	2.487.149	2.505.793
Juros, encargos e atualizações incorridos	159.833	273.889
Amortização do principal (BNDES)	(28.056)	(52.702)
Juros, encargos e atualizações pagos	(94.577)	(239.831)
	2.524.349	2.487.149

Garantias da operação

Constituídos pelos: **(i)** direitos creditórios cedidos atuais e futuros da Companhia incluindo as receitas tarifárias e as receitas não tarifárias sem limitações, além de todas e quaisquer indenizações a serem recebidas de apólices de seguros contratadas; **(ii)** pelo penhor da totalidade das ações de propriedade dos acionistas indiretos e da Infraero; **(iii)** pelo compromisso de suporte financeiro pelos acionistas da Companhia; **(iv)** por quaisquer outros bens e direitos que passem a garantir os documentos da operação após a data de celebração do contrato com o BNDES.

Cláusulas contratuais – *covenants*

Os contratos de empréstimos realizados junto ao BNDES possuem cláusulas de obrigações especiais que requerem o cumprimento de determinados índices financeiros (*covenants*), conforme segue:

- (i)** Manter o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) superior a 1,30x (um inteiro e três décimos), apurado anualmente conforme cálculo (ICSD = (Geração de caixa / SD)), comprovado mediante a apresentação de demonstrações financeiras auditadas, no período de 12 meses;
- (ii)** Manter o índice de capitalização (Patrimônio Líquido/ativo total) Maior ou igual a 25%, nos termos da seguinte fórmula: (Patrimônio Líquido + outorga passiva - outorga ativa/ativo total – outorga passiva).

As penalidades para o não atingimento dos índices citados acima não preveem o pagamento antecipado da dívida nem qualquer outra penalidade ou multa, no entanto, impede a Companhia de realizar distribuição de dividendos ou pagamento de juros sobre o capital próprio além do limite que prevê a lei, sem a prévia anuência do BNDES. Tal restrição prevista nestas obrigações especiais deixará de ser válida uma vez que a Companhia atinja, por dois anos consecutivos, o ICSD maior ou igual a 1,30x, mantenha o Índice de capitalização em patamares iguais ou superiores a 25%, além de outras condições previstas no *Completion* físico e financeiro do projeto. Para o exercício de 2017, o ICSD ficou abaixo de 1,30, em 2018 ainda não efetuamos os testes.

Foram aplicadas multas pelo BNDES e debenturistas devido ao atraso no pagamento da outorga variável e pelo não pagamento da outorga fixa (Nota nº 19) na data prevista no contrato de concessão, e também foram aplicadas multas aos acionistas privados da Companhia (TPI e UTC) por conta da não realização dos aportes previstos para o pagamento das outorgas, onde as multas veem sendo atualizadas. O não pagamento da outorga e das multas poderão ocasionar o vencimento antecipado da dívida.

14. Salários e encargos sociais

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Férias e encargos sociais	8.663	6.645	8.663	6.645
Salários e encargos sociais	9.984	10.250	9.973	10.239
	18.647	16.895	18.636	16.884

15. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	102.548	103.637	101.968	103.081
Fornecedores internacionais	1.883	2.665	1.883	2.665
	104.431	106.302	103.851	105.746

A Concessionária no melhor dos seus esforços vem renegociando via recuperação judicial junto aos seus fornecedores, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.

16. Imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos conforme apresentado:

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo da controladora relativo de anos anteriores antes do imposto de renda e da contribuição social	38.278	38.278
Imposto de renda e contribuição social da controlada VESA	47	62
Imposto de renda e contribuição social diferido consolidado	38.325	38.340

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão considerados na medida em que sua realização seja mais provável.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia optou em não reconhecer mais tributos diferidos para a controladora, além daqueles já reconhecidos em anos anteriores devido grandes valores gerados pelo Impairment e considerando a atual situação da Companhia. Referidos valores estão apresentados conforme Nota Explicativa nº 17.

Contudo, para fins de consolidado ocorreu a constituição na controlada VESA no montante de R\$ 47 em 2018 (R\$ 62 em 2017).

17. Imposto de renda e contribuição social correntes

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(221.156)	(249.348)	(221.187)	(250.590)
Adições	39	-	-	-
Resultado negativo de equivalência patrimonial	2.615	226.422	2.615	226.422
Custo de construção (Nota 17)	-	-	-	-
Atualização pelo IPCA-IBGE da Outorga a pagar	59.669	34.613	59.669	34.613
Recomposição do ajuste ao valor presente do ativo intangível Outorga (Nota 24)	-	-	-	-
Amortização do ativo intangível Outorga pela curva de demanda – WLU	-	-	-	-
Amortização dos encargos financeiros capitalizados ao ativo intangível Outorga pela curva de demanda – WLU	-	-	-	-
Amortização Terminal 1 e Edifício Garagem (EDG)	1.774	2.598	1.782	2.622
Provisão e reversão p/ riscos trabalhistas, cíveis e tributárias (Nota 19)	18.774	1.636	18.867	1.636
Provisão e reversão p/ créditos de liquidação duvidosa-PCLD (Nota 23)	6.354	12.709	6.354	12.709
Adição pelo recálculo da aplicação da lei 12.793/2014	159	399	159	399
	89.384	278.377	89.446	278.401
Exclusões				
Receita de construção (Nota nº 24)	(2.615)	(230.173)	(2.615)	(230.173)
Outros	(91)	(205.579)	-	(206.071)
	(2.725)	(435.752)	(2.615)	(436.244)
Prejuízo fiscal apurado e base negativa da contribuição social antes das compensações	672.635	(324.918)	672.874	(324.550)
(-) Compensação de prejuízo fiscal	(205.091)	-	(205.091)	-
Prejuízo fiscal apurado e base negativa da contribuição social após compensações	(134.447)	(407.941)	(134.387)	(407.215)
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre:				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (aliq.34%)	45.692	138.453	45.712	138.700
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre:				
Recomposição do ajuste ao valor presente do ativo intangível Outorga	20.287	11.768	20.287	11.768
Diferença em taxa de amortização do ativo intangível Outorga	-	-	-	-
Diferença em taxa de amortização Terminal 1 e Edifício Garagem (EDG)	-	-	-	-
Diferença em atualização pelo IPCA-IBGE e recomposição do AVP da outorga a pagar	-	-	-	-
Encargos financeiros da Outorga capitalizados	-	(69.866)	-	(69.866)
Margem de construção	-	(1.275)	-	(1.275)
Adição pelo recálculo da aplicação da lei 12.793/2014	2.160	4.321	2.160	4.321
Outras provisões temporariamente não tributáveis	6.984	1.441	7.439	1.437
	29.431	(53.611)	29.886	(53.615)
Total imposto de renda diferido do exercício	53.826	84.842	53.888	(85.085)
Alíquota efetiva	34%	34%	34%	34%
Total imposto de renda diferido do exercício	(36.847)	16.978	(36.886)	16.400
Imposto de renda diferido ativo não reconhecido no exercício	(36.847)	16.978	(36.886)	16.400
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-	-	-

18. Impostos a recolher

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
ISSQN parcelado	73.363	77.210	70.870	74.449
ISSQN sobre faturamento	28.281	10.550	28.281	10.550
PIS/Cofins próprio	6.390	5.842	6.390	5.842
ISSQN terceiros	447	1.058	447	1.058
INSS terceiros	6.270	7.049	6.270	7.049
PIS/Cofins/CSLL terceiros	1.631	1.968	1.608	1.945
IRRF sobre folha de pagamento	737	1.167	737	1.167
Outros	1.491	1.456	1.491	1.443
	118.610	106.300	116.094	103.503
Passivo circulante	51.833	34.696	51.206	34.053
Passivo não circulante	66.777	71.604	64.888	69.450
	118.610	106.300	116.094	103.503

19. Outorga a pagar

A Companhia registrou no exercício de 2012 a outorga a pagar para a União Federal, através do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da concessão, descontado a valor presente com taxa real de 4,18% a.a. A taxa utilizada refere-se à remuneração do título do Tesouro Nacional NTN-B com vencimento para o ano de 2045 (final da concessão), considerado como “papel” livre de risco.

A movimentação da outorga da concessão no exercício foi a seguinte:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	3.111.548	3.062.033	3.109.960	3.060.561
Atualização monetária pelo IPCA - IBGE	105.631	92.602	105.581	92.492
Recomposição AVP da outorga a pagar	116.931	116.931	116.931	116.931
Outorga variável a pagar (Nota nº 20)	14.604	26.178	14.604	26.172
Pagamento outorga fixa	(75.577)	(186.196)	(75.577)	(186.196)
Saldo no final do exercício	3.273.137	3.111.548	3.271.499	3.109.960
(-) Reequilíbrio econômico-financeiro	(197.605)	(195.914)	(197.605)	(195.914)
	3.075.532	2.915.634	3.073.894	2.914.046
Circulante	442.092	408.123	440.454	406.535
Não circulante	2.633.440	2.507.511	2.633.440	2.507.511
	3.075.532	2.915.634	3.073.894	2.914.046

O valor referente à 5ª parcela da Contribuição Fixa, prevista no Contrato de Concessão de Viracopos (“Outorga”) de 2016, foi integralmente paga pela seguradora Swiss RE Corporate Solutions Brasil S.A. e Austral Seguradora S.A., após aberto o sinistro em face ao inadimplemento, cujo valor total montou R\$ 149.828.

A Companhia encontra-se inadimplente frente à 6ª parcela da Contribuição Fixa referente ao exercício de 2017, vencida em 11 de julho de 2017 e à Contribuição Variável, vencida em 15 de maio de 2017. O valor total de ambas as contribuições é de R\$ 207.273 e estão contempladas no ofício da ANAC nº 1/2018/SRA-ANAC, emitido em 09 de fevereiro de 2018. A Administração da Companhia listou os valores na Recuperação Judicial.

20. Compromissos da concessão

Principais pontos do contrato de concessão

Objeto

Concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Complexo Aeroportuário, a ser implementada nas seguintes fases:

- (i) **FASE I-A** – Transferência das operações do Aeroporto da Infraero para a Companhia;
- (ii) **FASE I-B** – Ampliação do Aeroporto pela Companhia para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços;
- (iii) **FASE I-C** – Expansão aeroportuária e de adequação total à infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária – PEA;
- (iv) **FASE-II** – Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto, para atendimento aos Parâmetros Mínimos de Dimensionamento previstos no PEA.

Vigência

A vigência do Contrato de Concessão será pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua data de eficácia (11 de julho de 2012), podendo ser prorrogado por até cinco anos, uma única vez, para fins de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em decorrência de revisão extraordinária.

Valor do contrato

O valor do contrato, correspondente ao valor presente das receitas tarifárias e não tarifárias estimadas para todo o prazo da concessão é de R\$ 12.983.951. De acordo com o contrato, esse valor tem efeito meramente indicativo, não podendo ser utilizado por nenhuma das partes para pleitear a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Da contribuição ao sistema

A Companhia se obriga a pagar à União Federal através do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC) a Contribuição Fixa e a Contribuição Variável, sendo:

Contribuição fixa

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a Companhia vem pagando uma contribuição fixa anual no montante de R\$ 127.367 (reajustado anualmente pelo IPCA-IBGE). No total são 30 prestações, totalizado a R\$ 3.821.010, referente à outorga decorrente da oferta realizada no Leilão objeto da presente concessão.

Contribuição fixa – Reequilíbrio econômico financeiro

Em 22 de dezembro de 2016, a ANAC por meio da decisão nº 190, aprovou a 1ª revisão extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos no valor de R\$ 209.921, através da revisão da contribuição fixa devida pela concessionária. O montante do reequilíbrio econômico financeiro aprovado foi de R\$ 127.436, os quais foram atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e taxa de desconto de 6,81% conforme definido na Resolução nº 355/2015 até abril de 2016. A recomposição econômico-financeiro do contrato obteve a anuência do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPAC) em 28 de dezembro de 2016.

O valor do reequilíbrio econômico-financeiro será deduzido do valor da outorga fixa a pagar, de acordo com o anexo da Decisão nº 190, não conciliando diretamente com os saldos da obrigação registrada conforme mencionado na Nota Explicativa nº 19.

Ano	Valor	Ano	Valor
2016	R\$ 43.859	2030	R\$ 6.385
2017	R\$ 8.708	2031	R\$ 6.154
2018	R\$ 8.540	2032	R\$ 5.931
2019	R\$ 8.351	2033	R\$ 5.715
2020	R\$ 8.202	2034	R\$ 5.506
2021	R\$ 8.092	2035	R\$ 5.305
2022	R\$ 7.984	2036	R\$ 5.110
2023	R\$ 7.877	2037	R\$ 4.921
2024	R\$ 7.768	2038	R\$ 4.739
2025	R\$ 7.647	2039	R\$ 4.563
2026	R\$ 7.385	2040	R\$ 4.394
2027	R\$ 7.123	2041	R\$ 4.230
2028	R\$ 6.869	2042	R\$ 1.940
2029	R\$ 6.623		R\$ 209.921

O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado entre abril 2016 e o mês anterior ao pagamento da outorga fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, proporcional ao número de meses correspondentes.

Devido a menor necessidade de caixa para pagamento da outorga fixa, os recursos disponíveis serão utilizados para pagamento das demais obrigações de curto prazo, evitando custos financeiros com juros e multas.

Contribuição variável

Até 31 de dezembro de 2016, a contribuição variável era calculada anualmente sobre a totalidade da receita operacional bruta da Companhia, com o percentual de 5%, passando para 7,5% quando exceder os valores estipulados no contrato de concessão.

De acordo com a Decisão 107, que altera o contrato de concessão, a partir de 01 de janeiro de 2017, a contribuição passou a ser calculada anualmente com base na totalidade da receita operacional bruta da Companhia e suas eventuais subsidiárias integrais, deduzido o montante em reais, resultante da aplicação da alíquota de 26,4165%, sobre a receita proveniente da cobrança de tarifas de embarque, pouso e permanência e dos preços unificados e de permanência, domésticas e internacionais, e de armazenagem e capatazia e deduzidos os cancelamentos.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Receita operacional bruta (Nota nº 24)	371.599	669.125	371.599	669.015
(-) Deduções contribuição mensal	(79.213)	(142.568)	(79.213)	(142.568)
(-) Cancelamentos	(446)	(2.408)	(446)	(2.408)
	291.940	524.149	291.940	524.039
Contribuição variável (Nota nº 25)	14.604	26.178	14.604	26.172

Principais pontos do contrato de concessão

Bens integrantes da concessão

- (i) Entregues pela União, conforme inventário constante do Termo de Aceitação Definitiva e de Permissão de Uso de Ativos (Anexo 8 do Contrato de Concessão);
- (ii) A serem construídos pelo Poder Público (obras de responsabilidade da Infraero);
- (iii) Adquiridos pela Companhia para a Exploração Aeroportuária.

Custo e receitas de construção

A receita de construção vem sendo reconhecida com margem da construção de 2% até o mês de maio de 2016 passando para zero no mês de junho de 2016, estabelecida pela Administração em percentual considerado suficiente sobre o custo como segue:

	30/06/2018	31/12/2017
Receita de construção (Nota nº 24)	2.615	8.900
Custo de construção (Nota nº 25)	(2.615)	(8.900)
Margem de construção	-	-
	0%	0%

21. Taxas aeroportuárias - Consolidado

	30/06/2018	31/12/2017
Adicional de Tarifa Aeroportuária - ATAERO	108.669	106.258
Contribuição mensal	28.242	28.297
Tarifa de uso das comunicações e auxílios à navegação aérea em rota - PAN	246	174
Tarifa de uso das comunicações e auxílios-rádio à navegação aérea em área de controle de aproximação - PAT	57	72
	137.214	134.801

Em 25 de julho de 2016, foi convertida na Lei nº 13.319 a MP 714/2016, que extingue o ATAERO a partir de 1º de janeiro de 2017. Nessa data, a ANAC alterou os valores das tarifas aeroportuárias para incorporar o valor correspondente a extinção do ATAERO, não havendo alteração da tarifa final.

Contribuição mensal

A contribuição mensal, antiga contribuição tarifária (ATAERO), criada pela Lei nº 13.319/16, foi formalmente normatizada pela ANAC, através da Decisão nº 107, de 28 de junho de 2017, que alterou unilateralmente o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Viracopos.

A contribuição mensal passou a ser calculada pela aplicação da alíquota de 22,6521% sobre a receita proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pouso e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia.

22. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios

Os assessores legais da Companhia indicaram 394 ações com prognóstico de perda "provável", referente aos processos contra empresas contratadas onde a Companhia figura como 2ª ou 3ª reclamada e contra a própria Companhia.

A controlada VESA possui duas ações trabalhistas, com prognóstico de perda “provável” provisionado com o valor de R\$ 47.

Foram constituídas as provisões para contingências trabalhistas, cíveis e processos administrativos como segue:

	Consolidado			30/06/2018
	31/12/2017	Provisões	Reversões	
Processos trabalhistas	9.875	37.516	(36.853)	10.538
Processos cíveis	1.266	12.643	(11.519)	2.390
Processos administrativos	716	843	(848)	711
	11.857	51.002	(49.220)	13.639

	Controladora			30/06/2018
	31/12/2017	Provisões	Reversões	
Processos trabalhistas	9.836	37.516	(36.861)	10.491
Processos cíveis	1.266	12.643	(11.519)	2.390
Processos administrativos	716	843	(848)	711
	11.818	51.002	(49.228)	13.592

A Companhia e sua controlada possuem mais outras 832 ações com prognóstico de perda “possível”, no montante estimado de R\$ 279.683 essas ações são referentes a processos trabalhistas, cíveis e regulatórios.

Quanto aos processos regulatórios, existe um caso específico; a Companhia apresentou à ANAC, em 15 de julho de 2014, revisão de seu cronograma para conclusão das obras da fase I-B do contrato de concessão. Em virtude desse fato, a Companhia recebeu auto de infração da ANAC datado de 28 de julho de 2014, sem imputar valores, em que o órgão regulador apresenta o resultado de sua inspeção ocorrida entre os dias 11 e 13 de maio de 2014, indicando o não cumprimento integral das obras de ampliação do aeroporto. A Companhia apresentou sua defesa em 18/08/2014, que estava sob análise da ANAC. Em 27/05/2016, a Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) decidiu, em 1ª instância, pela aplicação de multa de R\$ 95.050. Dentro do prazo permitido de 10 dias, foi enviado recurso de defesa à 2ª instância administrativa da agência reguladora. Em 06 de outubro de 2016, a ANAC por meio do Ofício de nº 34 (SEI) /2016/ASTEC – ANAC notificou Viracopos que na 21ª Reunião Deliberativa da Diretoria, foi decidido por unanimidade a anulação da decisão de 1ª instância que aplicou a multa à concessionária no valor de R\$ 95.050, assim reinicia-se o processo instrutório. Em 07 de agosto de 2017, a ANAC notificou a Companhia, aplicando a penalidade de R\$ 97.761, a Administração da Companhia entrou com recurso sobre a penalidade aplicada. Em 20 de fevereiro de 2018, a ANAC julgou o processo e concedeu uma redução no valor multa, cujo valor passou a ser de R\$ 60.048 pelo não cumprimento do prazo de entrega, bom como multa diária no valor de R\$ 600, por dia de atraso, a contar de 11 de maio de 2014.

23. Patrimônio Líquido

Capital social

O capital autorizado da Companhia foi mantido no valor de R\$ 2.081.105, conforme reunião do Conselho de Administração ocorrida em 05 de fevereiro de 2013.

Em 15 de dezembro de 2017, o acionista privado da Companhia efetuou a integralização total de suas ações, no montante de R\$ 87.840.

Em 02 de janeiro de 2018, o acionista minoritário da Companhia integralizou o montante de R\$ 58.800, conforme saldo residual de 31 de dezembro de 2017 a integralizar.

Em 15 de fevereiro de 2018, o acionista privado efetuou uma subscrição de R\$ 72.420, já o acionista minoritário subscreveu R\$ 69.580, totalizando R\$ 142.000, conforme reunião do Conselho de Administração, registrado na rubrica de capital a integralizar.

Reserva de retenção de lucros

A Companhia absorveu o saldo residual da reserva de retenção de lucros com o prejuízo do período findo em 30 de junho de 2018 no montante de R\$ 221.156 (R\$ 32.320 em 30 de junho de 2017).

24. Receita operacional líquida

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017 (Não revisado)	30/06/2018	30/06/2017 (Não revisado)
Negócios com cargas	241.280	197.839	241.280	197.839
Negócios com linhas aéreas	79.438	78.109	79.438	78.109
Receitas comerciais	45.628	34.152	45.628	34.152
Estacionamentos	4.595	5.729	4.595	5.617
Publicidade e marketing	658	421	658	421
Receita operacional bruta de serviços	371.599	316.250	371.599	316.138
Receita de construção - OCPC 05	2.615	5.162	2.615	5.162
Outras receitas	248	1.408	248	1.408
	374.462	322.820	374.462	322.708
Impostos incidentes sobre receitas e cancelamentos	(50.536)	(43.728)	(50.536)	(43.621)
Receita operacional líquida	323.926	279.092	323.926	279.087

25. Custos dos serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017 (Não revisado)	30/06/2018	30/06/2017 (Não revisado)
Gastos com pessoal e encargos sociais	(34.080)	(34.558)	(34.080)	(34.108)
Serviços contratados e locações	(35.677)	(44.689)	(35.666)	(44.615)
Depreciação e amortização	(65.440)	(57.292)	(65.449)	(57.286)
Contribuição mensal	(67.935)	(58.221)	(67.935)	(58.221)
Outorga de concessão - parcela variável	(14.604)	(12.394)	(14.604)	(12.388)
Utilidades e serviços públicos	(3.103)	(6.955)	(3.103)	(6.899)
Seguros e garantias	(4.519)	(5.810)	(4.519)	(5.810)
Materiais de uso e consumo	(4.685)	(3.632)	(4.670)	(3.618)
Outros	(539)	(255)	(534)	(243)
	(230.582)	(223.806)	(230.560)	(223.188)
Custos de construção - OCPC 05	(2.615)	(5.162)	(2.615)	(5.162)
	(233.197)	(228.968)	(233.175)	(228.350)

26. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017 (Não revisado)	30/06/2018	30/06/2017 (Não revisado)
Gastos com pessoal e encargos sociais	(10.697)	(13.454)	(10.697)	(13.454)
Serviços contratados e locações	(6.188)	(7.663)	(6.188)	(7.663)
Utilidades e serviços públicos	(2.896)	(2.925)	(2.896)	(2.925)
Perdas Esperadas para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	(18.776)	127	(18.774)	38
Despesas gerais e representações	(7.123)	(3.018)	(7.123)	(3.018)
Honorários de conselheiros	(621)	(731)	(621)	(731)
Tributos e contribuições	(51)	(85)	(51)	(85)
Provisões para contingências	(1.782)	(4.265)	(1.774)	(4.265)
Depreciação e amortização	(394)	(361)	(394)	(362)
Materiais de uso e consumo	(101)	(110)	(101)	(110)
Outras	20.026	(8.836)	20.041	(8.836)
	(28.603)	(41.321)	(28.578)	(41.411)

27. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2018	30/06/2017 (Não revisado)	30/06/2018	30/06/2017 (Não revisado)
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	7.754	13.574	7.638	13.116
Descontos obtidos e juros ativos	1.187	792	1.187	792
Variações monetárias ativas	(11)	6	(11)	5
	8.930	14.372	8.814	13.913
Despesas financeiras				
Encargos sobre empréstimos BNDES	(108.231)	(113.495)	(108.231)	(113.495)
Atualização monetária da outorga fixa (IPCA - IBGE)	(75.352)	(3.879)	(75.352)	(3.879)
Encargos sobre debentures	(32.440)	(26.541)	(32.440)	(26.541)
Recomposição do ajuste a valor presente da outorga fixa	(59.669)	(26.326)	(59.669)	(26.326)
Juros pagos e incorridos	(13.516)	(23.565)	(13.411)	(22.949)
Outros	(3.035)	(9.198)	(3.001)	(9.111)
	(292.243)	(203.004)	(292.104)	(202.301)
	(283.313)	(188.632)	(283.290)	(188.388)

28. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPCs 38, 39 e 40 (R1).

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas informações contábeis intermediárias:

	Valor contábil		Valor justo	
	30/06/2018		30/06/2018	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	9.346	9.345	9.346	9.345
Aplicações financeiras	19.804	19.805	19.804	19.805
Depósitos vinculados	275.372	275.372	275.372	275.372
Clientes	52.072	52.072	52.072	52.072
Partes relacionadas	7.401	8.175	7.401	8.175
Impostos a recuperar	120.526	120.323	120.526	120.323
Depósitos e cauções	9.262	9.260	9.262	9.260
Adiantamentos a fornecedores	6.754	6.754	6.754	6.754
Outros ativos	2.325	2.318	2.325	2.318
	502.862	503.424	502.862	503.424
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	2.524.349	2.524.349	2.524.349	2.524.349
Fornecedores	104.431	103.851	104.431	103.851
Salários e encargos sociais	18.647	18.636	18.647	18.636
Impostos a recolher	118.610	116.094	118.610	116.094
Outorga a pagar	3.075.532	3.073.894	3.075.532	3.073.894
Partes relacionadas	6.841	12.226	6.841	12.226
Outras obrigações	90.268	90.268	90.268	90.268
	5.938.678	5.939.318	5.938.678	5.939.318
	(5.435.816)	(5.435.894)	(5.435.816)	(5.435.894)

	Valor contábil		Valor justo	
	31/12/2017		31/12/2017	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
Ativos financeiros				
Caixa e bancos	6.974	6.974	6.974	6.974
Aplicações financeiras	74.634	74.634	74.634	74.634
Depósitos vinculados	222.008	215.335	222.008	215.335
Clientes	66.855	66.745	66.855	66.745
Partes relacionadas	6.589	8.371	6.589	8.371
Impostos a recuperar	147.501	147.343	147.501	147.343
Depósitos e cauções	6.272	6.272	6.272	6.272
Adiantamentos a fornecedores	2.771	2.771	2.771	2.771
Outros ativos	1.164	1.144	1.164	1.144
	534.768	529.589	534.768	529.589
Passivos financeiros				
Empréstimos e financiamentos	2.487.149	2.487.149	2.487.149	2.487.149
Fornecedores	106.302	105.746	106.302	105.746
Salários e encargos sociais	16.895	16.884	16.895	16.884
Impostos a recolher	106.300	103.503	106.300	103.503
Outorga a pagar	2.915.634	2.914.046	2.915.634	2.914.046
Partes relacionadas	6.582	6.585	6.582	6.585
Outras obrigações	237.286	237.286	237.286	237.286
	5.876.148	5.871.199	5.876.148	5.871.199
	(5.341.380)	(5.341.610)	(5.341.380)	(5.341.610)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia está exposta na condução das suas atividades são:

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo também depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

c) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação

O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a TJLP e o IPCA/IBGE e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

Risco de taxas de câmbio

Esse risco advém da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem as suas despesas financeiras relativas a operações com partes relacionadas e fornecedores diversos, além das perdas de receitas derivadas das operações do terminal de cargas de importação e exportação. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

d) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária é regulada pelo Poder Concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Risco regulatório

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das atividades aeroportuárias. Em relação a um possível ato político que implique o rompimento da relação contratual, a Companhia considera de probabilidade remota, ainda que se considere o Ofício da ANAC emitido em 09 de fevereiro de 2018 (Nota nº 30), que prevê a instauração de processo administrativo que poderá ensejar na caducidade do Contrato de Concessão.

Quanto a eventos provocados pela natureza ou outros, importa ressaltar que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os possíveis riscos.

A geração de caixa futura, a capacidade de obter recursos via captação de financiamentos no mercado e o aporte de capital demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Contrato de Concessão. A Companhia considera que tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

e) Operações com derivativos

A Companhia não possuía em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017 operações com derivativos financeiros.

f) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital nesta fase inicial das suas operações adequando-a as condições econômicas atuais. A Companhia monitora sua alavancagem financeira, considerando prazos de dívidas, liquidez e inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos menos caixa e equivalentes de caixa.

29. Coberturas de seguros (não auditado)

A Companhia contratou, por força do contrato de concessão, coberturas de seguros nas seguintes modalidades:

Garantia de execução contratual – tem como objeto garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações contraídas pela Companhia perante o Poder Concedente.

Seguro de responsabilidade civil geral – tem como objeto reembolsar a Companhia das quantias pelas quais vier a ser responsável civilmente relativa à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros.

Seguro de responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos – tem como objetivo reembolsar a Companhia das quantias que vier a ser responsável civilmente relativas às reparações por danos corporais e/ou materiais, decorrente das operações.

Seguro de riscos operacionais – tem como objeto cobrir avarias, perdas e danos materiais decorrentes de acidentes de origem súbita e imprevista, causados aos itens do patrimônio da Companhia.

Seguro de riscos de engenharia e responsabilidade civil geral para as obras – tem como objetivo garantir o interesse legítimo da Companhia até o limite máximo da garantia prevista, contra danos físicos à propriedade tangível e pelas quais vier a ser responsável civilmente relativas à reparação por danos involuntários, corporais e/ou materiais causados a terceiros, referentes à execução de obras civis e instalação e montagem relativas ao Novo Terminal de Passageiros (Terminal 1) e Edifício Garagem (EDG) a serem realizadas no Aeroporto de Viracopos.

Seguro de responsabilidade civil de administradores – D&O – tem como objetivo assegurar o patrimônio pessoal de executivos da Companhia, evitando perdas financeiras.

Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos	US\$ 500.000	25/05/2018 a 25/05/2019
Riscos operacionais	R\$ 20.000	25/05/2018 a 25/05/2019
Responsabilidade civil geral	R\$ 3.141.820	25/05/2018 a 25/05/2019
Responsabilidade civil de administradores - D&O	R\$ 30.000	27/09/2017 a 27/09/2018

30. Eventos subsequentes

Relicitação

Em 25 de janeiro de 2019, o Ministério da Infraestrutura publicou um edital de convocação para viabilidade de nova licitação da concessão.

Plano de recuperação judicial

No dia 01 de fevereiro de 2019, a justiça aceitou o pedido da Companhia para adiar a primeira assembleia de credores, que deveria votar o plano de recuperação judicial da estrutura.

O encontro estava marcado para o dia 12 de fevereiro de 2019. Com a mudança, a nova data foi agendada para 16 de maio de 2019. A votação e aprovação da proposta são apontadas pela concessionária como a solução para a dívida de R\$ 2,88 bilhões do complexo.

A legislação prevê que seja convocada também uma segunda chamada da assembleia, caso a primeira não tenha o número exigido de credores presentes. Anteriormente, a segunda data estava marcada para 26 de fevereiro 2019 e, com o adiamento, ela passou para 30 de maio de 2019, de acordo com a decisão. O pedido para adiar a assembleia foi feito à juíza Thaís Migliorança Munhoz, da 8ª Vara Cível de Campinas, que é a responsável pela recuperação judicial do aeroporto. Na justificativa para solicitar a mudança de data, a concessionária aponta que ainda não foi possível chegar a um consenso com os credores para que a proposta seja aprovada.

Poder concedente

Ainda no mês de fevereiro de 2019, a ANAC divulgou o valor da multa diária pelo atraso na entrega das obras do novo terminal, acumulando o montante de R\$ 324.462 apurado até 14 de agosto de 2018. A concessionária recorreu administrativamente desta decisão.

Secretaria de Aviação Civil (SAC)

Em fevereiro de 2019, a Companhia foi eleita como melhor aeroporto do País no ano de 2018 nas pesquisas feitas pela Secretaria de Aviação Civil (SAC) junto aos usuários dos 20 maiores aeroportos do país.

Contrato com a ESTAPAR

Conforme mencionado na Nota nº 10 de Investimentos, houve o pedido de interdito proibitório para continuação das operações do estacionamento e em 13 de fevereiro de 2019 foi deferido pelo Juiz o sobrestamento do feito por 30 dias que irá vencer em no mês de abril de 2019.

* * *